

caderno de
QUESTÕES

 **NOVA**
CONCURSOS

- Inclui 1.200 questões de provas anteriores da OAB, selecionadas entre os anos de 2019 a 2025.
- Questões gabaritadas da banca FGV.
- Conteúdo organizado por disciplinas.

1.200

QUESTÕES GABARITADAS
OAB

Estatuto da Advocacia e da OAB, seu Regulamento Geral e Código de Ética e Disciplina da OAB
Filosofia do Direito
Direitos Humanos
Direito Internacional
Direito Constitucional
Direito Tributário
Direito Administrativo
Direito Ambiental
Direito Civil

Direito da Criança e do Adolescente
Direito do Consumidor
Direito Empresarial
Direito Processual Civil
Direito Penal
Direito Processual Penal
Direito do Trabalho
Direito Processual do Trabalho
Direito Previdenciário
Direito Financeiro
Direito Eleitoral

1.200

QUESTÕES PARA O

OAB

APRESENTAÇÃO

Estudar para a OAB com questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Na resolução das questões, você irá se familiarizar com o estilo, as técnicas, as abordagens jurídicas e os temas mais recorrentes do Exame de Ordem e de sua atual banca examinadora. Essa imersão detalhada no perfil da prova será um diferencial determinante para sua aprovação, fornecendo não apenas conhecimento, mas também estratégia e confiança para enfrentar o exame com excelência.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões Gabaritado apresenta 1.200 questões gabaritadas da Fundação Getulio Vargas - FGV, trazendo as mais recentes provas para a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, organizadas segundo as principais disciplinas e os temas de maior incidência nas provas do Exame de Ordem.

Este caderno está separado em disciplinas de acordo com os assuntos mais cobrados entre os anos de 2019 a 2025 para que você conheça os pontos principais e a forma de abordagem da banca.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina para conferir suas resoluções.

Agora é com você!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB, REGULAMENTO GERAL, CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB	23
→ LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL - DA INSCRIÇÃO (OAB)	23
→ DA ATIVIDADE DA ADVOCACIA.....	23
→ DOS DIREITOS DOS ADVOGADOS	23
→ DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS.....	24
→ DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	24
→ DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS	25
→ DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES DISCIPLINARES	25
→ DO PROCESSO NA OAB	26
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ARTS. 1º A 7º DO CED-OAB).....	26
→ DAS RELAÇÕES COM O CLIENTE (ARTS. 9º A 26 DO CED-OAB).....	27
→ DO EXERCÍCIO DE CARGOS E FUNÇÕES NA OAB E NA REPRESENTAÇÃO DA CLASSE (ARTS. 31 A 34 DO CED-OAB).....	28
→ DO SIGILO PROFISSIONAL (ARTS. 35 A 38 DO CED-OAB).....	28
→ DA PUBLICIDADE PROFISSIONAL (ARTS. 39 A 47-A DO CED-OAB).....	28
→ DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS (ARTS. 48 A 54 DO CED-OAB).....	29
→ DOS PROCEDIMENTOS (ARTS. 55 A 69 DO CED-OAB)	30
→ DOS ÓRGÃOS DISCIPLINARES (ARTS. 70 A 72 DO CED-OAB)	30
→ TÓPICOS MESCLADOS DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB	30
→ DA INSCRIÇÃO (OAB)	30
→ DA ATIVIDADE DA ADVOCACIA.....	31
→ DOS DIREITOS DOS ADVOGADOS	33
→ DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS.....	35
→ DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	36
→ DAS INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS	38
→ DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES DISCIPLINARES	38
→ DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.....	39
→ DO PROCESSO NA OAB	40
→ DEMAIS TEMAS DO EOAB E REGULAMENTO GERAL.....	41
→ GABARITO 	43

FILOSOFIA DO DIREITO.....	45
→ TEORIA GERAL, FILOSOFIA E SOCIOLOGIA JURÍDICA - DIREITO, MORAL E JUSTIÇA	45
→ HERMENÊUTICA JURÍDICA	45
→ JUSPOSITIVISMO E JUSNATURALISMO	45
→ DIREITO, MORAL E JUSTIÇA	46
→ HERMENÊUTICA JURÍDICA	48
→ UTILITARISMO	48
→ TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO	48
→ SOCIOLOGIA JURÍDICA.....	49
→ SOCIOLOGIA JURÍDICA.....	49
→ GABARITO 	49
DIREITOS HUMANOS.....	51
→ OUTROS TEMAS E TÓPICOS MESCLADOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	51
→ DIREITOS DAS PESSOAS PRESAS.....	51
→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	52
→ PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP)	52
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	52
→ SISTEMA EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS	53
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CIDH-OAS).....	53
→ OUTROS NORMATIVOS DE DIREITO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.....	54
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ARTS. 9º A 22 DA LEI Nº 12.288/2010).....	55
→ DIREITOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	55
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	55
→ LEI Nº 12.986/2014 - CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (CNDH)	56
→ OUTROS TÓPICOS SOBRE DIREITOS HUMANOS.....	56
→ GABARITO 	57
DIREITO INTERNACIONAL.....	59
→ DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO - CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS (1969).....	59
→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	59
→ CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO (DIREITO INTERNACIONAL).....	59
→ CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA.....	60
→ NACIONALIDADE (DIP)	60
→ MIGRAÇÃO E CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO (LEI Nº 13.445/2017).....	60
→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	61
→ CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO (DIREITO INTERNACIONAL).....	62
→ GABARITO 	63

DIREITO CONSTITUCIONAL..... 65

→ MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	65
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	65
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	65
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988).....	66
→ LEIS ORDINÁRIAS E COMPLEMENTARES.....	66
→ DOS PRECATÓRIOS (ART. 100 DA CF/1988)	66
→ DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS (ARTS. 106 A 110 DA CF/1988).....	66
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988)	67
→ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI).....	67
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	67
→ FORMAS DE ESTADO E GOVERNO, SISTEMAS DE GOVERNO, SEPARAÇÃO DE PODERES. FREIO E CONTRAPESOS.....	68
→ PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO, DERIVADO, REFORMADOR, REVISOR, DECORRENTE, ETC).....	68
→ SIMETRIA CONSTITUCIONAL.....	68
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	68
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	69
→ MANDADO DE INJUNÇÃO.....	71
→ QUESTÕES MESCLADAS DE REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	72
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	72
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	73
→ PERDA DA NACIONALIDADE	73
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	73
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	73
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	74
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	74
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	74
→ INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL (ARTS. 34 A 36 DA CF/1988)	75
→ DAS REGIÕES (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ART. 43 DA CF/1988)	75
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988).....	76
→ DOS DEPUTADOS E SENADORES (ARTS. 53 A 56 DA CF/1988).....	76
→ DAS REUNIÕES (ART. 57 DA CF/1988)	76
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES - PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF/1988).....	77
→ DISPOSIÇÃO GERAL (PROCESSO LEGISLATIVO, ART. 59 DA CF/1988)	77
→ DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF/1988)	77
→ MEDIDAS PROVISÓRIAS	77
→ FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO (INICIATIVA, DISCUSSÃO, VOTO, VETO, SANÇÃO, PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO)	78
→ QUESTÕES MESCLADAS DE PROCESSO LEGISLATIVO (ARTS. 59 A 69 DA CF/1988).....	78
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988).....	78

→ DOS PRECATÓRIOS (ART. 100 DA CF/1988)	79
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	79
→ DAS SÚMULAS VINCULANTES (ART. 103-A DA CF/1988).....	79
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	79
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	80
→ NORMAS GERAIS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 163 E 164-A DA CF/1988).....	81
→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF/1988)	81
→ PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 170 A 172 E 175 A 181 DA CF/1988).....	82
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988)	82
→ DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 203 E 204 DA CF/1988)	83
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	83
→ DOS ÍNDIOS (ARTS. 231 E 232 DA CF/1988)	84
→ DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS (ARTS. 233 A 250 DA CF/1988)	84
→ FORMAS DE CONTROLE: SISTEMAS, MOMENTOS, MODELOS E VIAS DE CONTROLE	84
→ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI).....	85
→ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADI POR OMISSÃO)	86
→ AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC)	86
→ ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF).....	87
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	87
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS E BENS DOS ENTES FEDERATIVOS.....	87
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE DEPUTADOS E SENADORES.....	88
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	88
→ GABARITO 	88

DIREITO TRIBUTÁRIO 91

→ CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS (CF/1988).....	91
→ PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS.....	91
→ IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	91
→ SUJEITO: ATIVO E PASSIVO (ARTS. 119 A 123 DO CTN)	91
→ LANÇAMENTO E CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 142 A 150 DO CTN).....	92
→ DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (ARTS. 201 A 204 DO CTN).....	92
→ IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA (CF/1988 E CTN).....	92
→ IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO - ITCMD (CF/1988 E CTN)	93
→ TAXAS (CF/1988 E CTN)	93
→ CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA (CF/1988 E CTN)	93
→ EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO (CF/1988 E CTN)	93
→ CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS (CF/1988).....	94
→ QUESTÕES MESCLADAS DE ESPÉCIES DE TRIBUTOS	94
→ PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS.....	94
→ IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	95

→ COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO	96
→ REPARTIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA (PRIVATIVA, COMUM, CUMULATIVA, RESIDUAL, EXTRAORDINÁRIA E COMPARTILHADA)	96
→ VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ARTS. 101 A 106 DO CTN)	96
→ INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ARTS. 107 A 112 DO CTN)	97
→ DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA (CONCEITO, OBRIGAÇÃO PRINCIPAL E ACESSÓRIA)	97
→ SUJEITO: ATIVO E PASSIVO (ARTS. 119 A 123 DO CTN)	97
→ CAPACIDADE TRIBUTÁRIA (ART. 126 DO CTN)	97
→ RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA (ARTS. 128 A 138 DO CTN)	97
→ LANÇAMENTO E CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 142 A 150 DO CTN)	98
→ SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 151 A 155-A DO CTN)	98
→ EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 156 A 174 DO CTN)	99
→ GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 183 A 193 DO CTN)	99
→ FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA (ARTS. 194 A 200 DO CTN)	99
→ DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (ARTS. 201 A 204 DO CTN)	100
→ CERTIDÃO NEGATIVA (ARTS. 205 A 208 DO CTN)	100
→ IMPOSTO DE RENDA - IR (CF/1988 E CTN)	100
→ IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - II	101
→ IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR	101
→ IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS (CF/1988 E CTN)	101
→ IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA (CF/1988 E CTN)	102
→ IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO - ITCMD (CF/1988 E CTN)	102
→ IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS (CF/1988 E CTN)	102
→ IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU (CF/1988 E CTN)	102
→ IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI (CF/1988 E CTN)	102
→ LEI Nº 6.830/1980 - LEI DE EXECUÇÃO FISCAL	103
→ DEMAIS TEMAS SOBRE PROCESSO TRIBUTÁRIO	103
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	104
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	104
→ TÓPICOS VARIADOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO	104
→ GABARITO 	104

DIREITO ADMINISTRATIVO107

→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	107
→ INTERVENÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995)	107
→ CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS	107
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990)	108
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992)	108
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992)	108
→ MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS (ARTS. 151 A 154 DA LEI Nº 14.133/2021)	108

→ TOMBAMENTO - CONCEITOS E DECRETO-LEI Nº 25/1937.....	108
→ DESAPROPRIAÇÃO	109
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSITION).....	109
→ TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES.....	109
→ PODER DE POLÍCIA.....	109
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	110
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO)	110
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	110
→ RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS OMISSIVOS.....	110
→ DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES - LEI Nº 8.987/1995).....	111
→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	111
→ INTERVENÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	111
→ LEI Nº 11.079/2004 - PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP).....	111
→ LEI Nº 11.107/2005 - NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.....	112
→ LEI Nº 13.460/2017 - DIREITOS BÁSICOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO	112
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO)	112
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (ARTS. 8º A 15 DA LEI Nº 12.846/2013)....	113
→ DO ACORDO DE LENIÊNCIA (ARTS. 16 E 17 DA LEI Nº 12.846/2013).....	113
→ DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 12.846/2013).....	113
→ AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO (BENS PÚBLICOS)	114
→ AQUISIÇÃO DE BENS PELO ESTADO	114
→ CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS	114
→ ESTABILIDADE E ESTÁGIO PROBATÓRIO	114
→ ASSOCIAÇÃO SINDICAL E DIREITO DE GREVE	115
→ REMUNERAÇÃO (COMPONENTES, SUBSÍDIO, TETO, EQUIPARAÇÃO, VINCULAÇÃO, IRREDUTIBILIDADE, ETC)	115
→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990).....	115
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	115
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990)	116
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	116
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	117
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	117
→ DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992).....	117
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	117
→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784/1999).....	118
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....	118
→ DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO (ARTS. 53 A 55 DA LEI Nº 9.784/1999).....	118
→ DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO (ARTS. 56 A 65 DA LEI Nº 9.784/1999)	118
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	119
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	119

→ ALIENAÇÕES (ARTS. 76 A 77 DA LEI Nº 14.133/2021).....	120
→ ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021).....	120
→ LEI Nº 13.303/2016 - DAS LICITAÇÕES (ARTS. 28 A 90).....	120
→ SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS.....	121
→ REQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA	121
→ OCUPAÇÃO PROVISÓRIA	121
→ TOMBAMENTO - CONCEITOS E DECRETO-LEI Nº 25/1937.....	121
→ DESAPROPRIAÇÃO	121
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	123
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE CONCURSO PÚBLICO	123
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	123
→ GABARITO 	124

DIREITO AMBIENTAL 125

→ MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF)	125
→ LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2011 - COOPERAÇÃO.....	125
→ LEI Nº 9.605/1998 - INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS (ARTS. 70 A 76)	125
→ ASSUNTOS DIVERSOS DE DIREITO AMBIENTAL E TÓPICOS MESCLADOS.....	125
→ PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL.....	126
→ COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL	126
→ OUTROS TEMAS DE DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL.....	126
→ INSTRUMENTOS DA PNMA (ARTS. 9º A 21 DA LEI Nº 6.938/1981)	127
→ RESOLUÇÃO CONAMA Nº 9/1987 - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	127
→ RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	127
→ CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (ARTS. 7º A 21 DA LEI Nº 9.985/00)	128
→ CRIAÇÃO E GESTÃO DAS UCS (ARTS. 22 A 36 DA LEI Nº 9.985/00 E ARTS. 2º A 40 DO DEC. Nº 4.340/02)	128
→ DA PROIBIÇÃO DO USO DE FOGO E DO CONTROLE DOS INCÊNDIOS (ARTS. 38 A 40 DA LEI Nº 12.651/2012)	129
→ LEI Nº 9.433/1997 - POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH).....	129
→ LEI Nº 12.305/2010 - POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	129
→ LEI Nº 9.605/1998 - INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS (ARTS. 70 A 76)	129
→ RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	130
→ GABARITO 	130

DIREITO CIVIL..... 131

→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	131
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	131
→ DA CLÁUSULA PENAL (ARTS. 408 A 416).....	131
→ DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 927 A 954)	131

→ DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL - USUCAPIÃO, ACESSÃO E REGISTRO (ARTS. 1.238 A 1.259).....	131
→ DA LAJE (ARTS. 1.510-A A 1.510-E).....	132
→ DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO (ARTS. 1.591 A 1.638).....	132
→ DA TUTELA (ARTS. 1.728 A 1.766).....	132
→ DA ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA (ARTS. 1.829 A 1.844).....	132
→ DAS SUBSTITUIÇÕES - TESTAMENTO (ARTS. 1.947 A 1.960).....	132
→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10).....	133
→ DA AUSÊNCIA DAS PESSOAS NATURAIS (ARTS. 22 A 39)	133
→ DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61)	133
→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	134
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ART. 79 A 97)	134
→ NEGÓCIO JURÍDICO, CLASSIFICAÇÕES E DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114)	134
→ DA CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO (ARTS. 121 A 137) - ELEMENTOS ACIDENTAIS	135
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	135
→ DOS ATOS ILÍCITOS (ARTS. 186 A 188).....	135
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	135
→ DAS OBRIGAÇÕES DE DAR (ARTS. 233 A 246).....	136
→ DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS (ARTS. 264 A 285)	136
→ DA CESSÃO DE CRÉDITO (ARTS. 286 A 298)	136
→ DO PAGAMENTO (ARTS. 304 A 333).....	136
→ DA MORA (ARTS. 394 A 401)	137
→ DAS ARRAS OU SINAL (ARTS. 417 A 420).....	137
→ PRELIMINARES E DA FORMAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 421 A 435)	138
→ DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS (ARTS. 441 A 446).....	138
→ DA EVIÇÃO (ARTS. 447 A 457).....	138
→ EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO (ARTS. 476 E 477).....	138
→ DA COMPRA E VENDA (ARTS. 481 A 532).....	139
→ DA DOAÇÃO (ARTS. 538 A 564)	139
→ DO EMPRÉSTIMO (ARTS. 579 A 592).....	140
→ DA CORRETAGEM (ARTS. 722 A 729).....	140
→ DA FIANÇA (ARTS. 818 A 839)	141
→ DO PAGAMENTO INDEVIDO (ARTS. 876 A 883)	141
→ DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 927 A 954)	141
→ DOS EFEITOS DA POSSE (ARTS. 1.210 A 1.222).....	142
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DOS DIREITOS REAIS (ARTS. 1.225 A 1.227).....	142
→ DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL - USUCAPIÃO, ACESSÃO E REGISTRO (ARTS. 1.238 A 1.259).....	143
→ DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA (ARTS. 1.277 A 1.313)	143
→ DO CONDOMÍNIO GERAL (ARTS. 1.314 A 1.358-A).....	143
→ DO CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIEDADE (ARTS. 1.358-B A 1.358-U)	144
→ DA SUPERFÍCIE (ARTS. 1.369 A 1.377).....	144

→ DO USUFRUTO (ARTS. 1.390 A 1.411)	144
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DO PENHOR, HIPOTECA E ANTICRESE (ARTS. 1.419 A 1.430).....	144
→ DA HIPOTECA (ARTS. 1.473 A 1.505).....	145
→ DA LAJE (ARTS. 1.510-A A 1.510-E).....	145
→ DO CASAMENTO (ARTS. 1.511 A 1.582)	145
→ DA PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS (ARTS. 1.583 A 1.590).....	145
→ DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO (ARTS. 1.591 A 1.638).....	146
→ DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES (ARTS. 1.639 A 1.688).....	146
→ DOS ALIMENTOS (ARTS. 1.694 A 1.710).....	147
→ DA CURATELA (ARTS. 1.767 A 1.783)	147
→ DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA (ART. 1.783-A).....	148
→ DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA (ARTS. 1.798 A 1.803)	148
→ DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO NA SUCESSÃO LEGÍTIMA (ARTS. 1.851 A 1.856)	149
→ DO TESTAMENTO EM GERAL (ARTS. 1.857 A 1.859).....	150
→ DA DESERDAÇÃO (ARTS. 1.961 A 1.965)	150
→ DA REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS (ARTS. 1.966 A 1.968).....	150
→ EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO (ART. 7º A 19 - NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO)	150
→ SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA CRIAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PÚBLICO (ARTS. 20 A 30).....	151
→ LEI Nº 8.009/1990 - IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA.....	151
→ LEI Nº 8.245/1991 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	151
→ LEI Nº 9.099/1995 - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	152
→ LEI Nº 10.259/2001 - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL.....	152
→ DO MANDADO DE SEGURANÇA (LEI Nº 12.016/2009 E CF/1988).....	152
→ DA AÇÃO POPULAR (LEI Nº 4.717/1965 E CF/1988).....	153
→ DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI Nº 7.347/1985 E CF/1988)	153
→ LEI Nº 13.300/2016 - MANDADO DE INJUNÇÃO.....	154
→ DOS DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS, COLETIVOS E DIFUSOS	154
→ LEI Nº 9.307/1996 - ARBITRAGEM	154
→ GABARITO 	155
 DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	157
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DA FAMÍLIA SUBSTITUTA: GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO (ARTS. 28 A 52-D DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	157
→ DO CONSELHO TUTELAR (ARTS. 131 A 140 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	157
→ DOS RECURSOS (ARTS. 198 A 199-E DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	157
→ DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE (ECA - ARTS. 15 AO 18-B)	158
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR, ECA, ARTS. 19 AO 24).....	158
→ DA FAMÍLIA SUBSTITUTA: GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO (ECA, ARTS. 28 AO 52-D)	158
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ECA - ARTS. 53 AO 59).....	159
→ DA PREVENÇÃO ESPECIAL (ECA - ARTS. 74 AO 85)	159
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO, ECA - ARTS. 86 AO 89).....	159

→ DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO (ECA - ARTS. 90 AO 97).....	160
→ DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS (ECA, ARTS. 112 AO 125).....	160
→ DO CONSELHO TUTELAR (ECA - ARTS. 131 AO 140).....	160
→ DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (ECA, ARTS. 145 AO 151).....	161
→ DOS PROCEDIMENTOS (DO ACESSO À JUSTIÇA, ECA, ARTS. 152 AO 197-F).....	161
→ DOS RECURSOS (ECA, ARTS. 198 AO 199-E).....	162
→ DO ADVOGADO (ECA, ARTS. 206 E 207).....	162
→ DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS (ECA, ARTS. 245 AO 258-C).....	162
→ GABARITO 	163

DIREITO DO CONSUMIDOR 165

→ DAS PRÁTICAS COMERCIAIS (ARTS. 29 A 45 DA LEI N° 8.078/1990).....	165
→ DA PROTEÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 46 A 54 DA LEI N° 8.078/1990)	165
→ DA PREVENÇÃO E DO TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDAMENTO (ARTS. 54-A A 54-G DA LEI N° 8.078/1990)	165
→ DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO (ARTS. 81 A 104 DA LEI N° 8.078/1990).....	165
→ CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS E DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 3º DA LEI N° 8.078/1990).....	166
→ DOS DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR (ARTS. 6º E 7º DA LEI N° 8.078/1990).....	166
→ DA PROTEÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA (ARTS. 8º A 10 DA LEI N° 8.078/1990)	166
→ DA RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO (ARTS. 12 A 17 DA LEI N° 8.078/1990).....	167
→ DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 26 E 27 DA LEI N° 8.078/1990).....	168
→ DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (ART. 28 DA LEI N° 8.078/1990)	168
→ DAS PRÁTICAS COMERCIAIS (ARTS. 29 A 45 DA LEI N° 8.078/1990)	169
→ DA PROTEÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 46 A 54 DA LEI N° 8.078/1990)	169
→ DA PREVENÇÃO E DO TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDAMENTO (ARTS. 54-A A 54-G DA LEI N° 8.078/1990)	170
→ DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO (ARTS. 81 A 104 DA LEI N° 8.078/1990).....	170
→ DECRETO N° 11.034/2022 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR (SAC).....	171
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE DIREITO DO CONSUMIDOR.....	171
→ GABARITO 	172

DIREITO EMPRESARIAL 173

→ DO EMPRESÁRIO: DA CARACTERIZAÇÃO E DA INSCRIÇÃO (ARTS. 966 A 971 DO CC).....	173
→ DO NOME EMPRESARIAL (ARTS. 1.155 A 1.168 DO CC).....	173
→ SOCIEDADE EM COMUM (ARTS. 986 A 990 DO CC).....	173
→ SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO (ARTS. 991 A 996 DO CC).....	173
→ DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DAS SOCIEDADES (ARTS. 1.028 A 1.038, 1.102 A 1.112 DO CC)	174
→ DA FALÊNCIA (ARTS. 75 A 160 DA LEI N° 11.101/2005).....	174
→ DECRETO-LEI N° 911/1969 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA	174
→ DO EMPRESÁRIO: DA CARACTERIZAÇÃO E DA INSCRIÇÃO (ARTS. 966 A 971 DO CC).....	174

→ DO EMPRESÁRIO: DA CAPACIDADE (ARTS. 972 A 980 DO CC)	175
→ DO ESTABELECIMENTO (ARTS. 1.142 A 1.149 DO CC).....	175
→ DO REGISTRO (ARTS. 1.150 A 1.154 DO CC).....	175
→ DO NOME EMPRESARIAL (ARTS. 1.155 A 1.168 DO CC).....	175
→ DOS PREPOSTOS (ARTS. 1.169 A 1.178 DO CC)	176
→ SOCIEDADE EM COMUM (ARTS. 986 A 990 DO CC).....	176
→ SOCIEDADE LIMITADA (ARTS. 1.052 A 1.087 DO CC).....	177
→ SOCIEDADE COOPERATIVA (ARTS. 1.093 A 1.096 DO CC)	178
→ DA SOCIEDADE DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO - NACIONAL E ESTRANGEIRA (ARTS. 1.123 A 1.141 DO CC)	178
→ AÇÕES, PARTES BENEFICIÁRIAS, DEBÊNTURES, BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO (ARTS. 11 A 79 DA LEI Nº 6.404/1976).....	178
→ OUTROS ATOS CAMBIÁRIOS (SAQUE, ENDOSSO, AVAL, ACEITE, PRESCRIÇÃO, AÇÕES CAMBIAIS)	178
→ NOTA PROMISSÓRIA E COMMERCIAL PAPERS.....	179
→ DUPLICATA - LEI Nº 5.474/1968.....	179
→ DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA (ARTS. 5º A 46 DA LEI Nº 11.101/2005).....	180
→ DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA (ARTS. 47 A 74 DA LEI Nº 11.101/2005)	180
→ DA FALÊNCIA (ARTS. 75 A 160 DA LEI Nº 11.101/2005).....	180
→ DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL (ARTS. 161 A 167 DA LEI Nº 11.101/2005).....	182
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS 1º A 5º DA LEI Nº 9.7279/1996 - LPI)	182
→ DAS PATENTES (ARTS 6º A 93 DA LEI Nº 9.7279/1996 - LPI)	183
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS 212 A 228 DA LEI Nº 9.7279/1996 - LPI).....	183
→ REPRESENTAÇÃO, COMISSÃO, CONCESSÃO, DISTRIBUIÇÃO E AGÊNCIA	183
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE TÍTULOS DE CRÉDITO.....	184
→ GABARITO 	184

DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	185
→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107)	185
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	185
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	185
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342)	185
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	186
→ DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (ARTS. 509 A 512)	186
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538)	186
→ DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO (ARTS. 539 A 549).....	186
→ DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (ARTS. 824 A 909).....	187
→ DO AGRAVO INTERNO (ART. 1.021)	187
→ DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ARTS. 21 A 41)	187
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	187
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76)	187

→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	188
→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107)	188
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	189
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138)	189
→ DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ (ARTS. 139 A 143).....	190
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ART. 149 A 175)	190
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	190
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	190
→ DA CITAÇÃO (ARTS. 238 A 259).....	191
→ DAS NULIDADES (ARTS. 276 A 283)	191
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311)	191
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	193
→ DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO (ART. 332)	193
→ DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334).....	194
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342)	194
→ DA RECONVENÇÃO (ART. 343)	194
→ DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO (ARTS. 354 A 357)	195
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 369 A 380).....	195
→ DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA (ARTS. 381 A 383).....	195
→ DO DEPOIMENTO PESSOAL (ARTS. 385 A 388)	195
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	196
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538)	196
→ DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO (ARTS. 539 A 549).....	197
→ DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS (ARTS. 550 A 553).....	197
→ DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS (ARTS. 554 A 568)	198
→ DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE (ARTS. 599 A 609)	198
→ DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA (ARTS. 610 A 673)	198
→ DOS EMBARGOS DE TERCEIRO (ARTS. 674 A 681).....	198
→ DA OPOSIÇÃO (ARTS. 682 A 686)	199
→ DA AÇÃO MONITÓRIA (ARTS. 700 A 702).....	199
→ DA EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 771 A 796)	199
→ DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA (ARTS. 806 A 813).....	199
→ DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (ARTS. 824 A 909).....	200
→ DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO (ARTS. 914 A 920)	200
→ DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL (ARTS. 929 A 946).....	201
→ HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA (ARTS. 960 A 965).....	201
→ DA AÇÃO RESCISÓRIA (ARTS. 966 A 975).....	202
→ DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (ARTS. 976 A 987).....	202
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 1.009 A 1.014).....	202
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020)	203
→ DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026)	203

→ DOS RECURSOS PARA O STF E STJ (ARTS. 1.027 A 1.044)	204
→ GABARITO  <td>205</td>	205

DIREITO PENAL..... 207

→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP).....	207
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	207
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP).....	207
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP).....	207
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	208
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	208
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	208
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	208
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP).....	208
→ DO DANO (ARTS. 163 A 167 DO CP)	209
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	209
→ JURISPRUDÊNCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE OUTROS ASSUNTOS EM MATÉRIA PENAL.....	209
→ CONCEITOS, OBJETO, TEORIAS E EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL	209
→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL.....	209
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	209
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS (ART. 12 DO CP)	210
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP)	210
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	210
→ NEXO DE CAUSALIDADE: CONCAUSAS (ART. 13, § 1º, DO CP)	210
→ DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (ART. 15 DO CP).....	211
→ TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP).....	211
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILCITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	211
→ ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP).....	211
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....	212
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	212
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP).....	212
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	212
→ DA PENA DE MULTA (ARTS. 49 A 52 E 58 DO CP).....	212
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68 DO CP).....	213
→ CONCURSO DE CRIMES (ARTS. 69 A 76 DO CP).....	213
→ DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA E DA REABILITAÇÃO (ARTS. 93 A 99 DO CP).....	214
→ SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E LIVRAMENTO CONDICIONAL (ARTS. 77 A 90 DO CP)	214
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP)	214
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	215
→ INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO (ART. 122 DO CP).....	215

→ INFANTICÍDIO (ART. 123 DO CP)	216
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP)	216
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)	216
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	217
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	218
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP).....	218
→ DA RECEPÇÃO (ARTS. 180 E 180-A DO CP)	219
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216 DO CP)	219
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP)	219
→ DOS CRIMES DE PERIGO COMUM (ARTS. 250 A 259 DO CP).....	220
→ DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA (ARTS. 286 A 288-A DO CP)	220
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	220
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	220
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	221
→ DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL (ART. 328 A 337-A DO CP).....	221
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (ARTS. 338 A 359 DO CP).....	221
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE LEI PENAL.....	221
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PENAS	222
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	222
→ DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984).....	222
→ DO PROCEDIMENTO JUDICIAL (ARTS. 194 A 197 DA LEI Nº 7.210/1984)	223
→ LEI Nº 8.069/1990 - (DOS CRIMES - ECA, ARTS. 225 AO 244-B)	224
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995).....	224
→ DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (ARTS. 77 A 83 DA LEI Nº 9.099/1995)	224
→ LEI Nº 9.296/1996 - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	224
→ LEI Nº 9.455/1997 - CRIMES DE TORTURA.....	225
→ LEI Nº 9.503/1997 - CRIMES NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (ARTS. 291 A 312-B).....	225
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998)	226
→ DOS CRIMES E DAS PENAS (ARTS. 12 AO 21 DA LEI Nº 10.826/2003)	226
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 13 A 17 DA LEI Nº 11.340/2006).....	226
→ DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ARTS. 18 A 24-A DA LEI Nº 11.340/2006).....	227
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47 DA LEI Nº 11.343/2006)	227
→ TÓPICOS MESCLADOS E JURISPRUDÊNCIA DA LEI Nº 11.343/2006	227
→ LEI Nº 12.850/2013 (ANTIGA LEI 9.034/1995) - CRIME ORGANIZADO.....	228
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	228
→ GABARITO 	229

DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	231
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	231
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	231

→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	231
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA (ARTS. 282 A 350 DO CPP)	231
→ FASE INSTRUTÓRIA (ARTS. 399 A 405 DO CPP)	232
→ NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS (ARTS. 563 A 573 DO CPP).....	232
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE RECURSOS (PROCESSO PENAL).....	232
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE COMPETÊNCIA	232
→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	233
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	233
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	233
→ CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA	235
→ DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS (ARTS. 92 A 94 DO CPP)	236
→ DAS EXCEÇÕES (ARTS. 95 A 111 DO CPP).....	236
→ DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ARTS. 125 A 144 DO CPP).....	237
→ INCIDENTE DE FALSIDADE (ARTS. 145 A 148 DO CPP).....	237
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP).....	237
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	237
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	238
→ DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS (ARTS. 226 A 228 DO CPP)	239
→ DA ACAREAÇÃO (ARTS. 229 A 230 DO CPP)	239
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	239
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 257 A 258 DO CPP).....	240
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	240
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	241
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP).....	241
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372 DO CPP)	241
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP)	242
→ NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS (ARTS. 563 A 573 DO CPP).....	244
→ RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	244
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP)	244
→ DA REVISÃO CRIMINAL (ARTS. A 631 DO CPP)	245
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE RECURSOS (PROCESSO PENAL).....	245
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE AÇÃO PENAL.....	245
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE COMPETÊNCIA	246
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE RECURSOS EM ESPÉCIE	246
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE ASSUNTOS DIVERSOS OU MESCLADOS DE PROCESSO PENAL.....	246
→ DEMAIS TÓPICOS PROCESSUAIS PENAIS E QUESTÕES VARIADAS	247
→ GABARITO 	247

DIREITO DO TRABALHO.....249

→ FORMAS DE RUPTURA DO CONTRATO DE TRABALHO	249
→ INTERVALOS (TRABALHO).....	249
→ FÉRIAS (TRABALHO)	249
→ PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER	249
→ SUCESSÃO TRABALHISTA.....	250
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (DIREITO DO TRABALHO)	250
→ NEGOCIAÇÃO COLETIVA (CONVENÇÕES).....	250
→ CTPS - CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	250
→ NATUREZA JURÍDICA, REQUISITOS, CARACTERÍSTICAS E SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO. RELAÇÃO DE EMPREGO.....	250
→ CONTRATO INTERMITENTE	251
→ TRABALHO TEMPORÁRIO (LEI Nº 6.019/1974).....	251
→ SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO (CONTRATO DE TRABALHO)	251
→ ALTERAÇÃO (CONTRATO DE TRABALHO).....	252
→ ESTÁGIO (LEI Nº 11.788/2008)	253
→ FORMAS DE RUPTURA DO CONTRATO DE TRABALHO	253
→ JUSTA CAUSA	254
→ AVISO PRÉVIO.....	254
→ GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO	254
→ FGTS (FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO).....	255
→ SALÁRIO UTILIDADE OU SALÁRIO IN NATURA.....	255
→ ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE.....	255
→ GRATIFICAÇÃO NATALINA (13º SALÁRIO).....	256
→ GORJETAS E DEMAIS COMPONENTES	256
→ REGRAS DE PROTEÇÃO DO SALÁRIO.....	256
→ DIREITOS INTELECTUAIS SOBRE O TRABALHO DO EMPREGADO.....	257
→ JORNADA DE TRABALHO.....	257
→ FÉRIAS (TRABALHO)	259
→ TELETRABALHO.....	259
→ PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (TRABALHO INFANTIL).....	260
→ PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER	260
→ DIREITOS DO EMPREGADO EM CASO DE ACIDENTE (ESTABILIDADE, AFASTAMENTO REMUNERADO, ETC)	260
→ GRUPO ECONÔMICO (RESPONSABILIDADE TRABALHISTA).....	260
→ SUCESSÃO TRABALHISTA.....	261
→ TERCEIRIZAÇÃO (RESPONSABILIDADE TRABALHISTA).....	261
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (DIREITO DO TRABALHO)	261
→ NEGOCIAÇÃO COLETIVA (CONVENÇÕES).....	261
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CPTS)	262
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE CONTRATO DE TRABALHO.....	262

→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE ACIDENTE DE TRABALHO	263
→ OUTROS TEMAS E QUESTÕES MESCLADAS DE DIREITO DO TRABALHO	263
→ APOIO	263
→ GABARITO 	264

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 265

→ JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (114/CF; 674 A 680 E 803 A 812/CLT; 16 A 69/NCPC)	265
→ AUDIÊNCIA TRABALHISTA (ARTS. 813 A 817, 843 A 852 DA CLT; ARTS. 358 A 368 DO NCPC)	265
→ DAS PROVAS (ARTS. 818 A 830 DA CLT; ARTS. 369 A 484 DO NCPC).....	265
→ EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 876 A 878 DA CLT; ARTS. 771 A 796 DO NCPC).....	266
→ EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE (ARTS. 880 A 883 DA CLT; ARTS. 797 A 823 DO NCPC).....	266
→ EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (ARTS. 534, 535 E 910 DO NCPC; LEI 6830/80).....	266
→ PROCEDIMENTOS SUMÁRIO E SUMARÍSSIMO NO PROCESSO DO TRABALHO (852-A A 852-I CLT; LEI 5.584/70).....	267
→ ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO (ARTS. 111-113, 115-116 DA CF; 643 A 673 E 681 A 721 DA CLT)	267
→ JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (114/CF; 674 A 680 E 803 A 812/CLT; 16 A 69/NCPC)	267
→ CUSTAS PROCESSUAIS TRABALHISTAS (ARTS. 789 A 790-B DA CLT)	268
→ PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO (ARTS. 791 A 793-D DA CLT).....	268
→ RESPOSTA TRABALHISTA (CONTESTAÇÃO, EXCEÇÕES E RECONVENÇÃO - ARTS. 799 A 802 CLT E 335 A 346 NCPC)	269
→ AUDIÊNCIA TRABALHISTA (ARTS. 813 A 817, 843 A 852 DA CLT; ARTS. 358 A 368 DO NCPC)	269
→ DAS PROVAS (ARTS. 818 A 830 DA CLT; ARTS. 369 A 484 DO NCPC).....	270
→ LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA TRABALHISTA (ART. 879 DA CLT; ARTS. 509 A 512 DO NCPC)	270
→ HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL (ARTS. 855-B A 855-E DA CLT)	270
→ EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 876 A 878 DA CLT; ARTS. 771 A 796 DO NCPC).....	271
→ EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE (ARTS. 880 A 883 DA CLT; ARTS. 797 A 823 DO NCPC).....	272
→ EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (ARTS. 534, 535 E 910 DO NCPC; LEI 6830/80).....	272
→ DEFESAS NA EXECUÇÃO (ART. 884 DA CLT; ARTS. 914 A 920 DO NCPC).....	272
→ DISSÍDIOS COLETIVOS (ARTS. 856 A 875 DA CLT).....	273
→ PROCEDIMENTOS SUMÁRIO E SUMARÍSSIMO NO PROCESSO DO TRABALHO (852-A A 852-I CLT; LEI 5.584/70).....	273
→ TEORIA GERAL DOS RECURSOS TRABALHISTAS (ARTS. 994 A 1008 DO NCPC).....	274
→ RECURSOS EM ESPÉCIE NO PROCESSO DO TRABALHO (ARTS. 893 A 902 DA CLT, ARTS. 1009 A 1043 DO NCPC).....	274
→ AÇÃO RESCISÓRIA TRABALHISTA (ART. 836 DA CLT; ARTS. 966 A 975 DO NCPC).....	277
→ INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE (ARTS. 492, 543, 821 E 853 A 855 DA CLT).....	277
→ DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (ART. 855-A DA CLT)	277
→ AÇÃO DE CUMPRIMENTO (ART. 872 DA CLT; LEI 7.701/88).....	278
→ DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	278
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO	278

→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE RECURSOS TRABALHISTAS	278
→ GABARITO 	279

DIREITO PREVIDENCIÁRIO 281

→ EMPREGADO DOMÉSTICO (RGPS).....	281
→ CONTRIBUINTE INDIVIDUAL (RGPS).....	281
→ DO AUXÍLIO-RECLUSÃO	281
→ DA HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E DO SERVIÇO SOCIAL	281
→ TÓPICOS MESCLADOS SOBRE SEGURADOS (RGPS).....	281
→ CARÊNCIA.....	282
→ DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.....	282
→ DO SALÁRIO-FAMÍLIA	282
→ DO AUXÍLIO-ACIDENTE.....	282
→ DA PENSÃO POR MORTE.....	282
→ DO AUXÍLIO-RECLUSÃO	282
→ REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	282
→ GABARITO 	283

DIREITO FINANCEIRO 285

→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	285
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	285
→ DA RECEITA PÚBLICA (ARTS. 11 A 14 DA LRF)	285
→ DESPESAS COM PESSOAL E SEGURIDADE SOCIAL (ARTS. 18 A 24 DA LRF)	285
→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	286
→ TÓPICOS MESCLADOS DE PPA, LDO E LOA	286
→ NORMAS MUNICIPAIS SOBRE DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA.....	286
→ GABARITO 	286

DIREITO ELEITORAL 287

→ PROPAGANDA ELEITORAL E DIREITO DE RESPOSTA (ARTS. 36 A 58-A DA 9.504).....	287
→ AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	287
→ INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL.....	287
→ REPRESENTAÇÃO POR CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO.....	287
→ DAS COLIGAÇÕES (ART. 6º DA 9.504; ART. 105 DO CE).....	287
→ DAS CONVENÇÕES PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS (ART. 7º A 9º DA 9.504).....	288
→ FINANCIAMENTO DA CAMPANHA ELEITORAL (ARTS. 16-C A 27 DA 9.504)	288
→ PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAMPANHA ELEITORAL (ARTS. 28 A 32 DA 9.504).....	288
→ PROPAGANDA ELEITORAL E DIREITO DE RESPOSTA (ARTS. 36 A 58-A DA 9.504).....	288
→ RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA (RCED)	289
→ GABARITO 	289

ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB, REGULAMENTO GERAL, CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB

→ LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL - DA INSCRIÇÃO (OAB)

1. (FGV – 2025) O advogado Ivan precisava embarcar em um voo doméstico de Recife para Curitiba, a fim de participar do Congresso Brasileiro de Direito de Família. Ao chegar ao balcão de check-in, percebeu que havia esquecido todos os seus documentos de identificação em seu escritório, com exceção da carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na qual consta sua foto.

A responsável pelo atendimento da companhia aérea informou que não aceitaria a carteira da OAB como documento de identidade e, por isso, Ivan estaria impedido de embarcar. Ivan argumentou que o documento deveria ser aceito como prova de identidade civil, uma vez que é o único documento de identidade profissional obrigatório para o exercício da advocacia.

Sobre a hipótese, com base no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- a) Ivan não poderá embarcar, pois a carteira da OAB não é considerada documento de identidade civil válido para viagens nacionais em aviões.
- b) Ivan poderá embarcar, pois a carteira da OAB constitui prova de identidade civil para todos os fins legais, inclusive para viagens nacionais em aviões.
- c) Ivan somente poderá embarcar se apresentar outro documento de identificação civil junto com a carteira da OAB, como medida de segurança adicional.
- d) Ivan não poderá embarcar, pois a carteira da OAB só é válida como documento de identificação quando utilizada em exercício da atividade profissional em fóruns e tribunais.

→ DA ATIVIDADE DA ADVOCACIA

2. (FGV – 2025) Afonso, condenado por tráfico de drogas, cumpre pena dividindo cela com Rodrigo, preso preventivamente há mais de dois anos, sem que a instrução do processo por roubo a que responde tenha sido concluída. Indignado com a situação de Rodrigo, Afonso, que não tem formação jurídica, mas sempre foi habilidoso com a escrita, decide redigir um pedido de habeas corpus em folha de caderno, à mão, em favor de seu companheiro de cela.

Considerando o disposto no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (EOAB), assinale a afirmativa correta.

- a) A impetração de habeas corpus é atividade privativa de advogado regularmente inscrito na OAB, não podendo ser realizada por um leigo, ainda que em defesa de direitos fundamentais.
- b) Afonso poderá redigir e impetrar o habeas corpus em favor de Rodrigo, pois a impetração desse remédio constitucional não está incluída entre as atividades privativas da advocacia.
- c) Afonso somente poderá impetrar o habeas corpus se comprovasse que não havia advogado disponível para atuar nocaço de Rodrigo.
- d) A impetração de habeas corpus é vedada para leigos quando se trata de crimes graves, como roubo, exigindo obrigatoriamente a atuação de advogado.

→ DOS DIREITOS DOS ADVOGADOS

3. (FGV – 2025) Aurélio, advogado regularmente inscrito na OAB, recebeu uma ligação urgente da família de Adalberto, seu amigo de infância, informando que este havia sido preso em flagrante, acusado da prática de homicídio.

Preocupado com a situação, Aurélio dirigiu-se à Delegacia de Polícia para conversar com Adalberto e prestar-lhe assistência jurídica. No entanto, o Delegado Moisés negou o pedido de Aurélio para se comunicar pessoal e reservadamente com Adalberto, justificando a negativa pela gravidade do crime e pela ausência de procuração formal outorgada ao advogado.

Sobre a hipótese narrada, com base no Estatuto da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) A negativa do Delegado foi legítima, uma vez que, em razão da gravidade do crime de homicídio, é admissível limitar a comunicação do advogado com o preso.
- b) A comunicação de Aurélio com Adalberto só poderia ocorrer mediante a apresentação de procuração assinada, conforme exigido para a assistência jurídica em casos graves.
- c) A atuação de Aurélio é ilegal, pois a advocacia em favor de amigos próximos caracteriza conflito ético-profissional que inviabiliza a assistência jurídica.
- d) A negativa do Delegado foi ilegal, pois Aurélio tem direito de comunicar-se pessoal e reservadamente com Adalberto, mesmo sem procuração, conforme previsto no Estatuto da OAB.

FILOSOFIA DO DIREITO

→ TEORIA GERAL, FILOSOFIA E SOCIOLOGIA JURÍDICA - DIREITO, MORAL E JUSTIÇA

1. (FGV – 2025) Segundo Kant, em seu livro *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, cada indivíduo, como ser moral, possui uma dignidade que lhe é própria. Assinale a afirmativa que, segundo Kant, no livro em referência, mostra como a dignidade deve ser entendida.

- a) Como o conjunto dos direitos fundamentais que devem ser assegurados pelo Estado e que permitem a cada indivíduo o exercício de sua plena cidadania.
- b) Como o valor moral da humanidade que, por isso mesmo, deve ser sempre posto em cálculo ou confronto com qualquer coisa que possua um preço, a fim de se verificar o que deve prevalecer.
- c) Como o valor do trabalho livre de uma pessoa no processo de transformação da natureza em bens de consumo úteis à existência e ao desenvolvimento econômico e moral da sociedade.
- d) Como aquilo que não possui um preço – valor relativo –, mas um valor íntimo, ou seja, uma condição graças à qual algo deve ser considerado um fim em si mesmo.

2. (FGV – 2025) Entre as diferentes correntes do positivismo jurídico, a Escola da Exegese destacou-se, sobretudo, por seus estudos em torno do Código de Napoleão. O jusfilósofo Miguel Reale, em seu livro *Filosofia do Direito*, afirma que, segundo essa escola, a evolução do Direito somente poderia se operar por meio do processo legislativo. Assinale a opção que, de acordo com Reale no livro em referência, apresenta a tese fundamental da Escola da Exegese.

- a) É a exegese da constituição que pode oferecer aos juristas a compreensão do ideal de justiça, que vincula e limita a liberdade de conformação legislativa da autoridade política.
- b) O Direito, por excelência, é revelado pelas leis, que são normas gerais escritas e emanadas pelo Estado, constitutivas de direito e instauradoras de faculdades e obrigações.
- c) A lei é o instrumento que revela os valores e princípios que sãologicamente anteriores e eticamente superiores ao Estado que conformam e estruturam o direito positivo.
- d) A interpretação da lei é a atividade essencial do jurista, que deve realizá-la buscando a vontade da lei em si, seus fins sociais e as exigências do bem comum, de modo a assegurar a própria evolução do direito.

→ HERMENÊUTICA JURÍDICA

3. (FGV – 2025) O Artigo 59, inciso XI, da CRFB/88 dispõe que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.”

João Vicente, que residia em um quarto de hotel, procura você, na função de advogado(a), para tentar anular o ingresso policial, sem mandado judicial e sem flagrante delito, utilizando como fundamento a norma constitucional acima citada.

Assinale a opção que indica o tipo de interpretação adequado para fundamentar a ilegalidade do ingresso.

- a) Interpretação gramatical, baseada no brocardo *in claris cessat interpretatio*.
- b) Interpretação restritiva, sob o argumento de que não se pode usar um conceito de modo amplo.
- c) Interpretação autêntica, usando conceito semelhante previsto em norma de Direito Civil, que possui legislação específica acerca do alcance semântico do domicílio.
- d) Interpretação extensiva, usando a argumentação de que o alcance da norma e do conceito de casa é mais amplo do que o utilizado pela autoridade policial, a fim de abranger aquele que reside em quarto de hotel.

→ JUSPOSITIVISMO E JUSNATURALISMO

4. (FGV – 2024) A obra de Hans Kelsen é de fundamental importância para o Direito e segue estudada e discutida até os dias atuais. Acerca de sua Teoria Pura do Direito, assinale a afirmativa correta.

- a) O autor nega a influência e a conexão entre Sociologia, Ética e Política com o Direito, de modo que apenas ignorando essas disciplinas seria possível construir uma teoria verdadeiramente pura.
- b) A pureza a que o autor alude possui sentido metodológico, diferenciando Direito da Ciência do Direito, a fim de excluir de sua análise tudo aquilo que não pertença ao seu objeto de estudo.
- c) Em sua obra Teoria Pura do Direito, Kelsen trata de ciência jurídica e não política do Direito, motivo pelo qual busca responder como deve ser o Direito e como ele deve ser feito.
- d) A conexão entre o Direito e os elementos essenciais à sua compreensão, como a Teoria Política, motivou Kelsen a incorporar esses elementos na elaboração da Teoria Pura do Direito, pois indissociáveis.

5. (FGV – 2022) “O problema da eficácia nos leva ao terreno da aplicação das normas jurídicas, que é o terreno dos comportamentos efetivos dos homens que vivem em sociedade...”

Norberto Bobbio

Norberto Bobbio, em seu livro *Teoria da Norma Jurídica*, ao tratar dos critérios de valoração da norma jurídica, fala de três critérios possíveis: justiça, validade e eficácia. Com relação ao critério da eficácia na obra em referência, assinale a afirmativa correta.

- a) Relaciona-se ao problema da interdependência necessária entre os critérios, isto é, para que uma regra seja eficaz, ela deve também ser válida e ser justa.

DIREITOS HUMANOS

→ OUTROS TEMAS E TÓPICOS MESCLADOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1. (FGV – 2025) Na condição de advogado(a), você é procurado(a) por uma Organização não Governamental que atua na defesa e proteção dos Direitos Humanos de grupos minoritários no Brasil.

A entidade solicita esclarecimentos quanto aos mecanismos de que dispõe para levar ao conhecimento das instâncias competentes, no âmbito do sistema global de proteção dos Direitos Humanos, uma situação que entende violar a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, com o objetivo de responsabilizar o Estado brasileiro.

Nesse contexto, você deve esclarecer que, para a obtenção da finalidade pretendida, dentre os mecanismos existentes em nível global, as Organizações não Governamentais podem submeter o caso em questão diretamente à apreciação

- a) da Corte Internacional de Justiça.
- b) do Tribunal Penal Internacional.
- c) do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.
- d) do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

2. (FGV – 2025) Na condição de advogado(a), você foi procurado por um grupo de mães de crianças entre 6 e 10 anos que tentaram, sem sucesso, matricular seus filhos na rede básica de ensino.

Elas alegam que já envidaram todos os esforços no âmbito administrativo, sendo-lhes sempre apresentada a justificativa da inexistência de vagas. Considerando a situação hipotética em questão, assinale a afirmativa correta.

- a) Caso seja demonstrada a inércia do Estado em prover o efetivo acesso ao ensino de primeiro grau, comprovando-se ainda que a situação foi devidamente submetida ao crivo do Poder Judiciário local, esgotados todos os recursos cabíveis, frustada a obtenção de tutela eficaz, o caso poderá ser submetido diretamente pelas vítimas à análise da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- b) De acordo com a interpretação fixada pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao direito à educação, em razão do seu desenvolvimento progressivo, não se pode configurá-lo como típico direito subjetivo, cujo efetiva implementação possa ser determinada por decisão judicial.
- c) Apesar de o direito à educação, em razão da sua natureza social, estar previsto no Protocolo Adicional de São Salvador, no âmbito do Sistema Regional Americano de Proteção dos Direitos Humanos foram previstos meios próprios para sua proteção, não sendo possível a utilização do sistema de petições individuais regulado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- d) Em razão de o Brasil não ter ratificado o Protocolo Adicional de São Salvador, o caso em questão não poderá ser submetido aos órgãos integrantes do Sistema Regional Americano de Proteção dos Direitos Humanos.

3. (FGV – 2025) No que concerne aos standards internacionais atualmente adotados para defesa do Direito Humano à Igualdade, assinale a afirmativa correta.

- a) O direito à igualdade abrange atualmente três dimensões, havendo amplo consenso quanto à existência de uma dimensão de ordem formal, também compreendida como igualdade perante a lei; uma segunda dimensão, de ordem material, comumente relacionada ao conceito de justiça retributiva; e uma terceira dimensão, de ordem instrumental, que reconhece no direito à igualdade a condição viabilizadora da concretização de outros direitos fundamentais.
- b) No âmbito do sistema global de proteção aos direitos humanos, a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher pode ser apontada como importante instrumento para superação das desigualdades de gênero. Contudo, o instrumento não admite de forma expressa a utilização de ações afirmativas, ou medidas compensatórias, destinadas a acelerar o processo de superação das desigualdades existentes.
- c) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial rechaça a possibilidade dos Estados-partes estabelecerem medidas de tratamento desigual, em detrimento de grupos étnicos historicamente mais favorecidos, por considerar que a referida prática pode configurar a conduta expressamente vedada do denominado “racismo reverso”.
- d) Ao interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Corte IDH reconhece a possibilidade de serem adotados critérios para “distinção” de tratamento entre determinados grupos de indivíduos. O que não se admite é a prática de condutas “discriminatórias”. Para a Corte, as “distinções” constituem diferenças compatíveis com a Convenção Americana por serem razoáveis e objetivas. Já as “discriminações” constituem diferenças arbitrárias que redundam em prejuízo dos Direitos Humanos.

→ DIREITOS DAS PESSOAS PRESAS

4. (FGV – 2025) Em relação aos Direitos Humanos das pessoas presas, assinale a afirmativa correta.

- a) Tanto as Regras de Nelson Mandela quanto as Regras de Bangkok possuem natureza de soft law, ou seja, são consideradas normas não vinculantes de Direito Internacional. Nada obstante, configuram-se em importantes diretrizes que servem de orientação para os Estados membros da Organização das Nações Unidas.
- b) No âmbito do Sistema de Proteção Interamericano de Direitos Humanos foram editadas as denominadas regras de Nelson Mandela, com vistas à fixação de standards mínimos de organização e funcionamento dos estabelecimentos prisionais, em ordem à proteção dos direitos dos indivíduos privados de suas liberdades.
- c) De acordo com as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, todas as penas cruéis, desumanas, degradantes ou que impliquem tortura devem ser proibidas. Entretanto, não há ônus à imposição do confinamento

DIREITO INTERNACIONAL

→ DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO - CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS (1969)

1. (FGV – 2025) A Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados de 1969 estabelece regras gerais para os tratados internacionais em relação a diversos aspectos, como entrada em vigor, aplicação e interpretação. Quanto à interpretação dos tratados, estes devem ser interpretados de boa-fé levando em consideração o contexto, o objetivo e a finalidade. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Para os fins de interpretação de um tratado, o contexto compreenderá, além do texto, seu preâmbulo e anexos.
- b) Toda vez que um tratado for autenticado em duas ou mais línguas, sem exceção, seu texto tem validade em cada uma delas.
- c) Uma versão do tratado em língua diversa daquelas em que o texto foi autenticado, só será considerada texto autêntico se o tratado o previr.
- d) Não são admitidos meios suplementares de interpretação dos tratados internacionais, como os trabalhos preparatórios e as circunstâncias de conclusão do tratado, ainda que a interpretação deixe o sentido ambíguo ou obscuro.

→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

2. (FGV – 2025) Uma artista brasileira, que protagoniza filmes nos Estados Unidos, foi filmada em uma casa de festas no Brasil em estado de embriaguez e o vídeo foi postado por um portal de notícias americano. O vídeo “viralizou” e teve grande repercussão no Brasil.

Com receio de prejudicar sua carreira com a exposição negativa de sua imagem, ela decidiu ajuizar uma ação no Brasil contra o portal de notícias, que tem sua sede nos Estados Unidos.

Nesse cenário, com base nos limites da jurisdição nacional estabelecidos no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A autoridade judiciária brasileira não é competente para julgara ação, porque o réu é pessoa jurídica estrangeira.
- b) A autoridade judiciária brasileira é competente para julgar a ação, porque a autora tem nacionalidade brasileira.
- c) A autoridade judiciária brasileira tem competência para processar e julgar a ação, porque os danos à imagem ocorreram no Brasil.
- d) A autoridade brasileira deve remeter o caso, por carta rogatória, à justiça norte-americana, tendo em vista que o portal de notícias é sediado nos Estados Unidos.

3. (FGV – 2025) A cooperação jurídica internacional é uma modalidade formal de solicitar a outro país uma medida judicial, investigativa ou administrativa para um caso concreto. Esforçando-se para facilitar a cooperação jurídica nos casos de litígios e disputas internacionais, o Brasil aderiu à Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial (Convenção da Haia sobre Provas), promulgada pelo Decreto nº 9.039, de 27 de abril de 2017.

Sobre a obtenção de provas no exterior, assinale a afirmativa correta.

- a) A tramitação do pedido de cooperação jurídica internacional para a obtenção de prova no exterior apenas poderá ser feita com base em acordo internacional vigente entre o Brasil e o Estado Requerido.
- b) A Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria civil e comercial prevê que a autoridade judicial deve aplicar integralmente a legislação do Estado Requerente no que diz respeito às formalidades a serem seguidas na obtenção da prova.
- c) O cumprimento da Carta Rogatória em que se requer à autoridade competente de um Estado Contratante a obtenção de provas só poderá ser recusado quando, no Estado Requerido, o cumprimento não estiver no âmbito das atribuições do Poder Judiciário ou quando o Estado Requerido considerá-lo prejudicial à sua soberania ou segurança.
- d) Cada Estado Contratante designará uma Autoridade Central para receber as Cartas Rogatórias procedentes de autoridade judiciária de outro Estado Contratante e de transmiti-las à autoridade competente para cumprimento. A organização dessa Autoridade Central deve ser a mesma em todos os Estados signatários da Convenção da Haia sobre Provas, sem a possibilidade de cada um legislar sobre essa organização.

→ CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO (DIREITO INTERNACIONAL)

4. (FGV – 2025) João, brasileiro domiciliado no Japão, celebrou um contrato presencial no Japão com Adam, estrangeiro domiciliado no Brasil, com uma cláusula de eleição de foro, em que o Brasil foi escolhido como competente para resolver eventuais conflitos.

A controvérsia sobre o contrato foi submetida à justiça brasileira. Assinale a opção que indica, conforme a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), a lei que deve ser aplicada para a resolução da lide.

- a) A do Brasil, devido à cláusula de eleição de foro.
- b) A do Japão, porque é o local em que João é domiciliado.
- c) A do Brasil, porque é o local em que Adam é domiciliado.
- d) A do Japão, porque é o local em que o contrato foi celebrado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. (FGV – 2025) A partir da análise do conflito entre normas constitucionais originárias em uma relação processual, ambas válidas e vigentes, João, advogado do autor, sustentou que a norma X, por ser, sob a perspectiva conteudística, materialmente constitucional, deve ter preponderância sobre a norma Y, pois esta última versa sobre matéria que não é própria de uma Constituição, sendo considerada norma constitucional apenas sob o prisma da forma. Pedro, advogado da parte ex adversa, por não concordar com a análise de João, se opõe, afirmando que, sob uma perspectiva normativo-hierárquica, a discussão não possui sentido, já que, prima facie, ambas as normas possuem a mesma hierarquia no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro.

Sobre a hipótese apresentada, segundo a visão jurídico constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

- a) João está correto, pois as normas constitucionais, na perspectiva meramente formal, possuem, prima facie, status legal e, portanto, hierarquia inferior aquelas materialmente constitucionais.
- b) Pedro está correto, porque as normas formalmente constitucionais, sob a perspectiva do conteúdo, obrigatoriamente também o são sob a perspectiva de análise material.
- c) João, como a norma Y consubstancia norma constitucional somente sob o ponto de vista formal, está correto, pois há de se considerar que a ela deve ser sempre atribuído status suprapenal, mas infraconstitucional.
- d) Pedro está correto, porque as normas X e Y, na perspectiva normativo-hierárquica, não possuem qualquer superioridade uma sobre a outra, sendo reconhecida em ambas a estatura constitucional.

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

2. (FGV – 2025) Em razão de fenômenos climáticos que vêm ocorrendo de forma reiterada nos últimos anos, os Estados de determinada região do país vêm sofrendo grandes perdas econômicas, o que acentua o desequilíbrio socioeconômico em relação às demais regiões do país.

Por haver no plano federal o entendimento de serem necessárias medidas que incentivem as atividades econômicas da região prejudicada, surgiu a proposta para que bancos estatais concedessem juros favorecidos para financiar atividades consideradas prioritárias para a região. A essa proposta se opõe o Governador do Estado Beta, que, entendendo haver constitucionalidade nela, solicitou aconselhamento jurídico ao seu corpo de advogados.

Sobre a hipótese, segundo a perspectiva jurídico-constitucional brasileira, assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação recebida.

- a) O governador do Estado Beta está correto, em razão da violação ao princípio da igualdade de tratamento entre as regiões de um Estado Federal.
- b) A medida encontra respaldo constitucional por ser o combate às desigualdades regionais um objetivo fundamental da República.
- c) A proposta de bancos estatais oferecerem juros favorecidos afronta a ordem constitucional, mesmo que seja lícito combater as desigualdades regionais.
- d) O combate às desigualdades regionais não configura tema de índole constitucional, sendo seu enfrentamento delineado pela via legal, conforme a opção política do legislador.

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

3. (FGV – 2025) Durante um violento temporal, em que as chuvas torrenciais poderiam levar ao desabamento de uma casa, os bombeiros militares ingressaram em um domicílio, sem o consentimento do morador, à noite, para socorrer as pessoas que estavam no imóvel.

Posteriormente, o morador propôs ação indenizatória por danos morais em face do ente federativo ao qual os bombeiros militares estavam vinculados, argumentando que o referido ingresso fora ilícito.

Sobre a hipótese narrada, com base no sistema constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) A medida adotada pelos bombeiros militares, a despeito da boa intenção deles, foi incorreta, pois o domicílio é inviolável, o que pressupõe a autorização do morador para que pudessem ingressar no local e prestar socorro.
- b) A ação indenizatória não prosperará, pois os bombeiros militares, diante do desastre iminente, não precisam de consentimento do morador do imóvel para prestar socorro.
- c) A despeito do direito à inviolabilidade do domicílio não ser absoluto, o consentimento do morador somente pode ser dispensado por determinação judicial, logo a ação dos bombeiros foi ilícita.
- d) Houve desproporcionalidade na atuação dos agentes, o que permite a condenação do ente federativo na ação indenizatória, visto que a prestação de socorro, sem consentimento do morador, só pode ocorrer durante o dia.

DIREITO TRIBUTÁRIO

→ CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS (CF/1988)

1. (FGV – 2025) Visando à melhoria do serviço de iluminação pública e da segurança no Município Alfa, foi publicada lei municipal, em 20/02/2024, instituindo uma contribuição cuja arrecadação estaria vinculada ao custeio, à expansão e à melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para a segurança e a preservação de logradouros públicos.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A contribuição poderia ser instituída e vinculada a todas essas finalidades, por expressa previsão constitucional.
- b) É inconstitucional a tentativa de custear a iluminação pública por espécie tributária distinta de impostos.
- c) A implantação de sistemas de monitoramento para segurança e a preservação de logradouros públicos somente poderia ser custeadas com recursos advindos de taxas, e não de uma contribuição.
- d) A implantação de sistemas de monitoramento para a segurança e a preservação de logradouros públicos somente poderia ser custeadas com recursos advindos de impostos, e não de uma contribuição.

2. (FGV – 2025) Nova lei federal ordinária, pretendendo oferecer uma oportunidade para que os empregadores possam quitar suas dívidas de contribuição previdenciária patronal, criou um programa de parcelamento de dívidas desse tributo em até 90 (noventa) meses.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A nova lei, por não ser complementar, não poderia prever o parcelamento dessas dívidas de contribuições de seguridade social.
- b) O número máximo de meses de tal parcelamento extrapola o permitido pela Constituição Federal/88.
- c) O parcelamento das contribuições de seguridade social, por determinação da Constituição Federal/88, precisa ser acompanhado do pagamento de uma parcela inicial que represente 20% do valor total da dívida.
- d) A Constituição Federal, dada a relevância da seguridade social, veda a concessão de qualquer tipo de parcelamento de dívidas de contribuição previdenciária patronal.

- a) A referida isenção, para ser válida, deveria ter sido veiculada por lei municipal.
- b) A União, em situação de calamidade pública, excepcionalmente, fica autorizada por lei federal a conceder isenção de qualquer imposto municipal.
- c) A União, como ente central, pode condicionar a entrega de tais recursos ao Município à aceitação de que lei federal conceda isenção de imposto municipal.
- d) A edição de decreto por parte do Prefeito configura a concordância do ente municipal com a concessão de tal isenção, tornando-a válida por ratificação expressa do Município.

→ IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

4. (FGV – 2025) A entidade religiosa ABC requereu o reconhecimento da imunidade de IPTU do imóvel em que realizava seus cultos, bem como do edifício ao lado, que servia de moradia para seus ministros religiosos e suas famílias.

O Município Alfa negou parcialmente tal reconhecimento, afirmando que, embora ambos os imóveis fossem registrados em nome da entidade religiosa ABC, possuíam matrículas distintas no Registro de Imóveis. Desta forma, reconheceu que apenas o imóvel em que realizava seus cultos seria contemplado com a imunidade tributária reconhecida pela Constituição Federal.

Surpreendida, a entidade religiosa ABC procurou você, como advogado(a), para questionar essa decisão. Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação para o caso.

- a) A entidade deve escolher sobre qual imóvel deve recair a imunidade do IPTU, uma vez que os imóveis têm matrículas distintas.
- b) O imóvel que tem como função precípua a realização dos cultos fará jus à imunidade do IPTU, já que os imóveis apresentam duplidade de matrículas.
- c) A imunidade tributária religiosa do IPTU beneficia o imóvel em que se realiza o culto e todos os imóveis afetados à sua finalidade essencial, ainda que os imóveis tenham matrículas distintas.
- d) Para que os imóveis pudessem gozar da imunidade tributária religiosa do IPTU, seria necessário que suas matrículas fossem unificadas.

→ PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

3. (FGV – 2025) Tendo ocorrido uma situação de calamidade pública no Município Alfa, no final do ano de 2022, a União enviou vultosos recursos federais para enfrentar tal situação. De modo a também diminuir a carga tributária sobre a população municipal nesse período, a União, por lei federal, aprovou uma isenção de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) no Município, por todo o ano de 2023. O Prefeito municipal estava de acordo e editou um decreto para regulamentar a forma como se daria o gozo dessa isenção.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

→ SUJEITO: ATIVO E PASSIVO (ARTS. 119 A 123 DO CTN)

5. (FGV – 2025) Um contrato de locação residencial traz cláusula expressa de que ao locatário caberá o encargo de pagar diretamente, para o Município ou a rede bancária, o IPTU incidente sobre o imóvel locado, enquanto durar o contrato de locação, devendo remeter, posteriormente, o comprovante de pagamento ao locador.

Sobre a posição do locatário, à luz do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO

1. (FGV – 2025) Rodrigo agrediu fisicamente seu desafeto Afonso, quando estava no exercício de suas atribuições como servidor público do Estado Alfa, em decorrência de uma desavença entre eles, no momento em que realizava atendimento ao público.

Em razão dos danos sofridos, Afonso ajuizou ação de responsabilidade civil em face do mencionado ente federativo. Depois do trânsito em julgado da sentença condenatória ao pagamento da quantia indenizatória de R\$ 20.000 (vinte mil reais), o Estado Alfa ajuizou ação de regresso em desfavor de Rodrigo, com vistas a obter o ressarcimento do erário.

O então agente público foi citado na última segunda-feira, motivo pelo qual ele procurou você, como advogado(a), para a realização da sua defesa no respectivo processo.

Assinale a opção que indica, corretamente, a orientação jurídica que você prestou e que deve constar da contestação na ação de regresso em que Rodrigo é o demandado.

- a) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, com base na teoria do risco integral, enquanto a de Rodrigo, apesar de objetiva, com base na teoria do risco administrativo, admite a discussão acerca do elemento subjetivo.
- b) A responsabilidade civil é objetiva, com base na teoria do risco administrativo, tanto para Rodrigo quanto para o Estado Alfa, motivo pelo qual a peça de defesa deve se restringir a indicar eventuais causas excludentes do nexo de causalidade.
- c) A responsabilidade civil é subjetiva na situação de Rodrigo, sendo necessária a demonstração de dolo ou culpa na ação de regresso em questão, a qual foi ajuizada em decorrência da condenação do Estado fundada em sua responsabilização objetiva, com base na teoria do risco administrativo.
- d) A responsabilidade civil é subjetiva tanto para Rodrigo quanto para o Estado, com base na teoria do risco administrativo, admitindo, contudo, a discussão do elemento subjetivo em ambas as hipóteses, que é imprescindível para fins de romper o nexo de causalidade.

→ INTERVENÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI N° 8.987/1995)

2. (FGV – 2025) O Estado Beta, após os devidos trâmites, promoveu a concessão de serviços de sua competência para a sociedade empresária Servicaos.

Em decorrência do descumprimento de algumas cláusulas contratuais que estão impactando a qualidade da atividade delegada, o poder concedente editou um decreto, contendo a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida, a fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Em razão disso, a sociedade empresária Servicaos procura você, na condição de advogado(a), a fim de obter esclarecimentos acerca da validade e dos desdobramentos da medida adotada.

Assinale a opção que apresenta o esclarecimento correto a ser prestado.

- a) A medida é nula, pois não poderia se materializar por meio de decreto, na medida em que o Poder Concedente deveria ter editado uma lei autorizativa para tal finalidade.
- b) Após o devido processo administrativo, a constatação de inexecução do contrato deve ensejar sua extinção, constituindo causa justificadora da encampação, que independe do interesse público.
- c) O Poder Concedente, declarada a intervenção, deverá, no prazo de 30 dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar as responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- d) A administração do serviço, cessada a intervenção e caso não seja extinta a concessão, será devolvida à concessionária, independentemente da prestação de contas do interventor, na medida em que este não responde pelos atos por ele praticados na vigência da medida.

→ CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS

3. (FGV – 2025) Juliana ajuizou duas ações indenizatórias que resultaram na condenação dos réus, obrigando-os a pagar vultosa quantia em dinheiro. A primeira foi ajuizada em face de uma autarquia e, a segunda, em face de uma sociedade de economia mista que realiza atividade econômica em regime concorrencial, cujos bens não estão afetados ao serviço público.

Considerando que ambas as condenações transitaram em julgado e estão em fase de cumprimento de sentença, Juliana questionou você, como advogada(o), acerca da viabilidade de penhora dos bens das mencionadas entidades administrativas.

Considerando a definição legal de bens públicos, assinale a opção que indica a informação correta que você prestou.

- a) A penhora dos bens das referidas entidades administrativas integrantes da Administração Indireta é – possível, considerando que os bens de ambas são privados.
- b) A penhora dos bens das citadas entidades administrativas não é admissível, na medida em que os bens de ambas são públicos.
- c) A penhora dos bens da autarquia é possível, na medida em que seus bens são privados, mas os da sociedade de economia mista não é viável, considerando que seus bens são públicos.
- d) A penhora dos bens da sociedade de economia mista é possível, porque seus bens são privados, mas os da autarquia não podem ser penhorados, uma vez que seus bens são públicos.

DIREITO AMBIENTAL

→ MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF)

1. (FGV – 2025) Diante das numerosas tragédias climáticas registradas, ganhou força nas recentes discussões jurídicas a pauta relacionada à designada litigância climática, por meio da qual o Judiciário é instado a se manifestar para impor medidas com vistas a reduzir efeitos deletérios sobre o clima, especialmente por meio de ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público.

A associação Puravida, que atua na área ambiental, tem especial interesse na aludida matéria, de modo que procurou você, como advogado(a), para esclarecer dúvidas acerca do respectivo arcabouço jurídico.

Com relação à atuação jurisdicional da litigância climática, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, seu esclarecimento.

- a) Inexiste qualquer amparo no ordenamento jurídico, diante da primazia do princípio da livre iniciativa e do desenvolvimento econômico do país.
- b) Tem assento, exclusivamente, em normas infraconstitucionais, notadamente na lei que institui a Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC).
- c) A temática dispõe de previsão em normas nacionais e internacionais que versam sobre o tema, mas não há fundamento constitucional que lhe confira amparo.
- d) Decorre das normas previstas na CRFB/88 para a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e de normas internacionais, além das editadas internamente para tal fim, como a Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC).

→ LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2011 - COOPERAÇÃO

2. (FGV – 2025) A sociedade empresária XYZ, recentemente constituída, exercerá atividade econômica potencialmente causadora de degradação ambiental, tornando-se necessário o licenciamento ambiental. Os sócios da entidade verificaram, contudo, que o Município Alfa, responsável pelo licenciamento ambiental no caso concreto, não dispõe de órgão ambiental capacitado ou de conselho do meio ambiente. Logo, a entidade contratou os serviços de um(a) advogado(a) para orientá-la sobre como proceder na sequência.

O patrono constatou, então, que o Estado Beta, cuja capital está no Município Alfa, e a União possuem órgãos ambientais capacitados.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Complementar nº 140/2011, que versa sobre a competência ambiental dos entes federativos, assinale a afirmativa correta.

- a) Na ausência de órgão ambiental capacitado ou conselho do meio ambiente no Município Alfa, a ação administrativa de licenciamento ocorrerá perante a União.
- b) Inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho do meio ambiente no Município Alfa, a ação administrativa de licenciamento ocorrerá perante o Estado Beta.

- c) Até que o Município Alfa crie um órgão ambiental capacitado ou um conselho do meio ambiente, a sociedade empresária XYZ não poderá exercer, regularmente, as suas atividades, por ausência de licenciamento ambiental.
- d) Como não há órgão ambiental capacitado ou conselho do meio ambiente no Município Alfa, a sociedade empresária XYZ terá direito ao licenciamento ambiental tácito, podendo exercer suas atividades de forma regular.

→ LEI Nº 9.605/1998 - INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS (ARTS. 70 A 76)

3. (FGV – 2025) Por decisão de seus representantes legais, o exercício de determinada atividade empresarial da sociedade Aurora, em benefício próprio, ensejou a poluição de um determinado rio, de modo que a conduta praticada ocasionou severos danos ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, caracteriza ilícito penal, civil e administrativo.

Diante dessa situação hipotética e considerando as normas de responsabilização da pessoa jurídica em matéria ambiental, assinale a afirmativa correta.

- a) A sociedade Aurora deve ser responsabilizada administrativa, civil e penalmente pela aludida conduta, nos termos da legislação de regência.
- b) Eventual responsabilização penal da sociedade Aurora afasta a possibilidade de que ela seja responsabilizada nas esferas cível e administrativa.
- c) Para que possa responder na esfera administrativa, é imprescindível a condenação penal da sociedade Aurora, o que não ocorre para fins de responsabilização civil.
- d) Por se tratar de pessoa jurídica, a sociedade Aurora não pode ser responsabilizada na esfera penal, de modo que a sua responsabilização fica restrita às esferas civil e administrativa.

→ ASSUNTOS DIVERSOS DE DIREITO AMBIENTAL E TÓPICOS MESCLADOS

4. (FGV – 2025) A sociedade empresária Empreendedorix deseja construir um grande shopping center em terreno situado na área urbana do Município Delta, que contribuirá para incrementar o comércio na localidade, mas surtir efeitos na qualidade de vida da população e no meio ambiente do entorno, razão pela qual a atividade se enquadra entre aquelas para as quais é necessária a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Ocorre que o Município Delta tem legislação local que define que tal empreendimento privado depende de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público local.

DIREITO CIVIL

→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184)

1. (FGV – 2025) Cláudia é devedora de valores elevados e foi executada em determinada demanda.

Para evitar a penhora de seu carro, celebrou contrato de compra e venda do veículo com Eduardo, seu amigo fraterno, indicando data anterior às dívidas. Cláudia e Eduardo combinaram que o contrato não produziria qualquer efeito, de modo que não houve o pagamento do preço e tampouco a transferência da propriedade do carro.

Sobre o contrato celebrado entre Cláudia e Eduardo, assinale a afirmativa correta.

- a) É anulável.
- b) É válido, mas ineficaz.
- c) É nulo, sem possibilidade de aproveitamento.
- d) Pode ser convalidado, bastando que se desconsidere a data indicada e se considere a data em que ele efetivamente foi celebrado.

→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211)

2. (FGV – 2025) Mário conduzia imprudentemente seu veículo quando perdeu o controle do automóvel e colidiu contra uma banca de jornais situada na calçada. João, que estava parado ao lado da banca, foi atingido e faleceu na hora do acidente. Mário permaneceu internado por cerca de dois meses antes de também falecer em decorrência dos ferimentos sofridos.

Sobre as implicações do caso acima, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) Eventuais herdeiros de João terão o prazo decadencial de quatro anos para pleitear indenização em face do espólio de Mário.
- b) A prescrição iniciada em face de Mário continua a correr contra seu sucessor.
- c) O prazo prescricional, diante da inexistência de previsão legal específica, é de dez anos.
- d) A prescrição intercorrente, se ajuizada ação indenizatória pelos eventuais herdeiros de João, não observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, possuindo prazo fixo de cinco anos.

→ DA CLÁUSULA PENAL (ARTS. 408 A 416)

3. (FGV – 2025) Cláudia comprou um apartamento e contratou o arquiteto Lúcio para elaborar o projeto de redecoração. Pelo contrato celebrado, Lúcio deverá entregar o projeto a Cláudia no prazo de 30 dias, contados da assinatura do instrumento. Em caso de mora, Lúcio fica obrigado a pagar multa diária a Cláudia. Considerando essa hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) Caso haja atraso na entrega do projeto, Cláudia poderá exigir multa de Lúcio, independentemente de alegar prejuízo da mora.
- b) A obrigação de pagar multa por dia de atraso a figura-se inválida, pois configura ônus manifestamente excessivo em detrimento do devedor.
- c) Havendo mora, caso Cláudia cobre a verba estipulada, não poderá exigir de Lúcio o cumprimento da obrigação principal, isto é, a entrega do projeto de rede coração.
- d) A obrigação de pagar a multa em caso de mora tem natureza jurídica de astreintes e não pode ser reduzida equitativamente pelo Juiz caso se revele manifestamente excessiva.

→ DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 927 A 954)

4. (FGV – 2025) No edifício em que reside Carolina, há, nas janelas das salas de todos os apartamentos, jardineiras com pequenas plantas. Trata-se de elemento original do projeto arquitetônico. Na sua jardineira, Carolina colocou alguns vasos de plantas.

Certo dia, caiu um vaso da jardineira de Carolina sobre o carro de Thiago, que estava estacionado na rua, e causou um pequeno amassado. Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Carolina somente responde pelo prejuízo de Thiago, se este provar dolo por parte dela.
- b) Carolina somente responde pelo prejuízo de Thiago, se este provar dolo ou culpa por parte dela.
- c) Carolina responde pelo prejuízo de Thiago, independentemente de prova de dolo ou culpa por parte dela.
- d) Por se tratar de elemento original da construção, Carolina não tem responsabilidade pelo que cair da jardineira.

→ DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL - USUCAPIÃO, ACESSÃO E REGISTRO (ARTS. 1.238 A 1.259)

5. (FGV – 2025) Fabiano e Vitória, casados pelo regime de comunhão parcial de bens, são possuidores de boa-fé de um imóvel residencial localizado no município de Quebrangulo, AL, com área de 160 m² (cento e sessenta metros quadrados).

O proprietário do imóvel é Graciliano, que se mudou para Maceió, no início do ano de 2011, nunca mais retornando à cidade. Destaca-se que Graciliano havia hipotecado o bem dias antes de sua mudança para a capital.

No dia de ontem, o casal procurou você, como advogado(a), com o propósito de verificar uma possível usucapião, visto que residem bem desde 2018. Com base no sistema jurídico brasileiro, assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) A usucapião é forma de aquisição derivada, de modo que permanecem os ônus reais que gravavam o imóvel antes dessa declaração, não podendo ser oposta em caso de hipoteca.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DA FAMÍLIA SUBSTITUTA: GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO (ARTS. 28 A 52-D DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)

1. (FGV – 2025) Carlos e Mário possuem união estável homoafetiva há mais de 15 anos. Ambos trabalham como médicos em prestigiado hospital e contam com vida estável e harmônica. O casal, em comum acordo, deseja adotar uma criança, e lhe fornecer todos os direitos que uma pessoa deve ter, tais como educação, saúde e lazer.

Para concretizar esse sonho, Carlos e Mário procuraram você, como advogado(a), para que lhes preste a assessoria jurídica adequada envolvendo o processo de adoção. Diante desse contexto, assinale a afirmativa correta.

- a) Carlos e Mário não poderão realizar a adoção conjunta, sendo-lhes assegurado, entretanto, que adotem individualmente.
- b) Carlos e Mário podem adotar. Entretanto, não terão preferência na lista de adotantes, pois um casal com relacionamento hetero afetivo terá prioridade.
- c) Carlos e Mário podem adotar, mas precisam definir previamente sobre a guarda da criança e eventual regime de visitas para a hipótese eventual de término da união.
- d) Carlos e Mário podem realizar a adoção conjunta, pois, de acordo com o ECA, é indispensável que sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

2. (FGV – 2025) Ricardo, 13 anos, filho de Vanda, não foi registrado pelo pai biológico. Desde tenra idade, o adolescente foi criado por João, de 50 anos, marido de Vanda. João e Ricardo se viam como pai e filho e assim eram reconhecidos na vizinhança.

João procura você, como advogado(a), e diz que tem inequívoca vontade de adotar Ricardo. Após a juntada de toda a documentação necessária, e com anuência de Vanda e Ricardo, é ajuizada a ação de adoção, sendo certo que, no curso da ação, João reitera a inequívoca vontade de adotar Ricardo. Ocorre que, dois meses após a distribuição, João sofre um ataque cardíaco e vem a falecer. Vanda e Ricardo, desesperados, o(a) procuram, como advogado(a), para que você indique o caminho jurídico viável para o caso. De acordo com o ECA, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) O processo de adoção deve prosseguir, mesmo com a morte de João. Nesse caso, se a sentença julgar procedente o pedido, seus efeitos retroagirão à data do óbito.
- b) A adoção é direito personalíssimo. Logo, falecendo o autor do pedido, o único caminho jurídico é a extinção do processo.
- c) A adoção só pode seguir se os herdeiros biológicos de João anuírem, já que possuem interesse direto na herança do finado.

d) O processo de adoção pode seguir, mesmo com a morte de João. Nessa hipótese, caso julgado procedente o pedido, os efeitos se produzem a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva.

→ DO CONSELHO TUTELAR (ARTS. 131 A 140 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)

3. (FGV – 2025) Herminda, de 50 anos, é tia materna de Júlia, de 16 anos. Após verificar que Júlia teve notas baixas no colégio, Herminda decidiu ir à porta da escola e, com o intuito de correção, ridicularizou e humilhou a adolescente na frente de seus colegas, dizendo que Júlia era desleixada, que nunca conseguia acesso à universidade, sendo uma vergonha para a família. Os pais de Júlia tomaram conhecimento do fato e ficaram revoltados. Decidiram, então, procurar você, como advogado(a), para que indicasse a orientação jurídica adequada para sancionar o ato praticado por Herminda.

Nesse caso, de acordo com o ECA, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) Herminda pode ser encaminhada a cursos ou programas de orientação, sendo que a aplicação dessa medida só pode ser feita pela autoridade judiciária.
- b) Herminda, em virtude de tal ato, pode receber sanções, como a advertência, a ser aplicada pelo Conselho Tutelar, sempre júizo de outras providências legais.
- c) Herminda pode sofrer sanções, entre elas, a advertência. Para a aplicação da medida, é preciso representação do Ministério PÚBLICO e decisão da autoridade judiciária.
- d) Herminda não tinha o direito de humilhar e ridicularizar Júlia, mesmo para fins corretivos, o que caberia aos pais por serem detentores do poder familiar, mas o ECA não prevê qualquer possibilidade de sanção à tia materna.

→ DOS RECURSOS (ARTS. 198 A 199-E DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)

4. (FGV – 2025) João, 17 anos, foi representado pelo Ministério PÚBLICO pela prática de ato infracional análogo a roubo. Consta nos autos que o representado teria abordado dois transeuntes e, simulando estar armado, anunciou o roubo, tendo subtraído os celulares e as carteiras das vítimas.

Ao final do procedimento, o Juízo da Infância considerou comprovadas a autoria e a materialidade, tendo julgado procedente o pedido e fixado a medida socioeducativa de internação. O(A) advogado(a) do adolescente deseja apresentar recurso de apelação.

DIREITO EMPRESARIAL

→ DO EMPRESÁRIO: DA CARACTERIZAÇÃO E DA INSCRIÇÃO (ARTS. 966 A 971 DO CC)

1. (FGV – 2025) Francisco Morato tem domicílio em Cidade Ocidental/GO e pretende ser empresário individual em Brasília/DF. Se o negócio der certo, Francisco Morato pretende abrir duas filiais, uma em Unaí/MG e, outra, em Natividade/TO.

Considerando-se as normas do Código Civil para a inscrição do empresário e da instituição de filiais, é correto afirmar que Francisco Morato deverá realizar sua inscrição como empresário na Junta Comercial do

- a) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação às filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, sem necessidade de averbação da constituição das filiais na Junta Comercial do Estado de Goiás.
- b) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresária, Brasília, e, com relação às filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, com averbação da constituição das filiais na Junta Comercial do Distrito Federal.
- c) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial, por ser o lugar do seu domicílio.
- d) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresária, Brasília, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial por ser o lugar da sede.

→ DO NOME EMPRESARIAL (ARTS. 1.155 A 1.168 DO CC)

2. (FGV – 2025) Bento de Abreu e Bernardino de Campos são os únicos sócios e fundadores da sociedade empresária Abreu & Campos Ltda. Os sócios deliberaram a transformação da sociedade de limitada para companhia e lhe pediram orientação sobre o nome empresarial.

Considerando algumas das regras para a formação do nome empresarial do tipo que a sociedade adotará, assinale a afirmativa correta.

- a) A companhia adotará denominação, na qual poderá constar o(s) nome(s) do(s) fundador(es), sendo facultada a designação do objeto social.
- b) A companhia adotará firma, sendo formada por nome de fantasia a partir da escolha dos sócios, seguido obrigatoriamente pela designação do objeto social.
- c) A companhia adotará denominação, formada apenas pelo nome dos sócios, seguida facultativamente pela expressão Sociedade Anônima ou Companhia, indicadas unicamente ao final.
- d) A companhia poderá adotar firma ou denominação, devendo ser mantido o nome antigo Abreu & Campos, substituindo-se o aditivo Ltda. pelo aditivo Companhia ou Cia.

→ SOCIEDADE EM COMUM (ARTS. 986 A 990 DO CC)

3. (FGV – 2025) Lucélia, Marília e Natividade constituíram uma sociedade empresária sem levar o documento escrito de constituição a qualquer registro. Ficou estabelecido verbalmente entre as sócias que os atos sociais seriam praticados por Marília, no interesse comum.

Inadimplida uma obrigação social, o credor, ciente da existência da sociedade, demandou a sociedade e todas as sócias, responsabilizando-as solidariamente e sem benefício de ordem pela obrigação assumida por Marília.

Considerados tais fatos, assinale a afirmativa correta.

- a) O credor não poderia demandar a sociedade em razão da ausência de personalidade jurídica, sendo, contudo, possível exigir de todas as sócias, solidariamente e sem benefício de ordem, a obrigação assumida por Marília.
- b) O credor agiu corretamente ao demandar a sociedade, ainda que diante da ausência de personalidade jurídica; contudo, mesmo havendo solidariedade entre as sócias, Lucélia e Natividade possuem benefício de ordem.
- c) O credor está autorizado a demandar a sociedade, diante da ausência de personalidade jurídica, como também poderá responsabilizar as sócias Lucélia e Natividade, solidariamente e sem benefício de ordem, pela obrigação assumida por Marília.
- d) O credor está totalmente equivocado, pois a sociedade não poderá ser demandada, em razão da ausência de personalidade jurídica, e deve ser respeitado o benefício de ordem das sócias Lucélia e Natividade, que não contrataram pela sociedade.

→ SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO (ARTS. 991 A 996 DO CC)

4. (FGV – 2025) No contrato de sociedade em conta de participação firmado entre o sócio ostensivo e quatro sócios participantes não há cláusula disposta sobre a admissão de novos sócios. Diante da omissão, assinale a afirmativa correta.

- a) É defeso ao sócio ostensivo admitir novo sócio sem o consentimento expresso ou tácito dos demais sócios, sendo tácito o consentimento se eles não se opuserem nos trinta dias seguintes ao ingresso do novo sócio.
- b) O sócio ostensivo pode admitir novo sócio com ou sem o consentimento dos demais sócios em razão de sua responsabilidade ilimitada e pessoal pelo exercício da atividade constitutiva do objeto social.
- c) É defeso ao sócio ostensivo admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais sócios.
- d) O sócio ostensivo pode admitir novo sócio com o consentimento da maioria dos demais sócios; havendo empate, cabe a ele o voto de qualidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107)

1. (FGV – 2025) João é advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Em uma sexta-feira à noite, seu amigo Thiago o procurou e, bastante nervoso, indagou se João poderia ingressar com um requerimento de tutela antecipada antecedente perante o Plantão Judicial, porque sua irmã necessitava de uma cirurgia de emergência.

João reuniu os documentos enviados por Thiago e protocolou o requerimento, porém deixou de fazer a juntada da procuração assinada pela irmã de Thiago, que também é advogada.

A medida de urgência foi concedida e, ato contínuo, João foi intimado para efetuar a juntada da procuração, bem como para complementar a petição inicial, nos termos do Art. 303, § 1º, inciso I, do CPC. A irmã de Thiago outorgou procuração geral para o foro por meio de instrumento particular por ela assinado.

Sobre o caso narrado, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) A procuração deve ser exibida no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período por despacho do Juiz.
- b) A irmã de Thiago, ainda que advogada, não poderá postular em causa própria, por expressa disposição do Código de Processo Civil.
- c) Não seria lícito a João, em nenhuma hipótese, postular em juízo sem procuração, motivo pelo qual o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito.
- d) A procuração outorgada pela irmã de Thiago habilita João a praticar todos os atos do processo, exceto, entre outros poderes, receber citação, confessar e reconhecer a procedência do pedido.

- c) O Juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento de sentença.
- d) O Juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo, por ausência de previsão legal, sendo direito de todos os envolvidos no acidente propor a ação em conjunto.

→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211)

3. (FGV – 2025) Juliana e André foram casados por anos, tiveram um filho que atualmente está com 6 anos, mas, por adversidades conjugais, resolveram por fim ao casamento. Após a separação, o filho ficou residindo com a mãe em cidade distinta do pai.

Considerando que não tem mais volta a relação conjugal, Juliana, por meio do seu advogado, deseja propor ação de divórcio e guarda. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- a) A ação de divórcio e guarda deve tramitar em segredo de justiça.
- b) A ação de divórcio e guarda deve ser proposta no domicílio de André.
- c) Se André, após a citação, não comparecer em audiência nem apresentar contestação, ele não vai poder mais intervir no processo.
- d) Ainda que André apresente resistência à ação de divórcio e guarda, sendo vencido na ação, ele não poderá ser condenado em honorários de sucumbência.

→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118)

2. (FGV – 2025) Rodrigo e Thaís, após o início do namoro, assistiram a um show em uma arena lotada, com cerca de dez mil pessoas, promovido pela Alegria Produções Artísticas. Em um determinado momento, eles perceberam que o teto montado especialmente para o evento estava desabando e, em consequência, duas mil pessoas ficaram feridas, entre elas, Rodrigo e Thaís.

Após a negativa da Alegria Produções Artísticas em reparar os danos causados, Rodrigo e Thaís convenceram todas as pessoas feridas no show a proporem ação, em conjunto, em face da produtora.

Sobre o caso concreto, assinale a afirmativa correta.

- a) Duas ou mais pessoas não podem litigar no mesmo processo, haja vista que a ação judicial deverá ser proposta de forma individualizada.
- b) Duas ou mais pessoas podem litigar no mesmo processo, em conjunto, mas apenas no polo ativo, ficando vedado o litisconsórcio passivo.

→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342)

4. (FGV – 2025) João e Marina celebraram contrato de arrendamento com previsão de cláusula compromissória arbitral, na qual estipularam que qualquer disputa de natureza patrimonial decorrente do contrato seria submetida à arbitragem.

Após desentendimentos acerca do cumprimento de uma das obrigações previstas em contrato, Marina resolveu ajuizar ação judicial contra João, na qual busca indenização pelos prejuízos que alega ter sofrido. Uma vez citado, João não apresentou contestação.

Durante a fase instrutória, ao examinar o contrato celebrado entre as partes, o Magistrado do caso visualizou a existência de cláusula compromissória celebrada entre as partes.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Caso João instaure procedimento arbitral contra Marina no curso da ação judicial ajuizada por ela, ambos terão seu caso julgado exclusivamente pelo Tribunal Arbitral.

DIREITO PENAL

→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP)

1. (FGV – 2025) Pierre, estrangeiro, nacional e residente no país Alfa, veio ao Brasil, onde praticou o crime de homicídio contra Bruna, cidadã brasileira. Em seguida, Pierre deixou o território nacional e retornou ao seu país de residência.

Você, como advogado(a) de Pierre, deve analisar a aplicação da lei penal brasileira ao caso.

Assinale a opção que apresenta seu parecer.

- a) Somente a lei do país Alfa é aplicável, pois Pierre saiu do território nacional.
- b) A lei brasileira só é aplicável se o fato também for considerado crime no país Alfa.
- c) A lei brasileira é aplicável, de forma condicionada, diante do fato de a vítima ser brasileira.
- d) A lei brasileira é aplicável, independentemente de o fato ser crime no país de domicílio ou da nacionalidade de Pierre.

No mês passado, ao final do treino, João pegou uma bicicleta elétrica idêntica à sua e voltou para casa. Dias depois, João foi intimado a comparecer à Delegacia de Polícia para prestar declarações sobre um possível crime de furto, uma vez que o circuito de câmeras permitiu identificar que João havia levado a bicicleta de uma moça de nome Fernanda.

No caso narrado, é correto afirmar que João agiu diante de

- a) erro de tipo essencial.
- b) erro de tipo accidental.
- c) estado de necessidade.
- d) erro de proibição direto.

4. (FGV – 2025) Thiago, 21 anos de idade, e Vinicius, 17 anos, se conheceram no interior de uma boate. Alterados em razão da ingestão de cerveja, decidiram praticar um crime de furto em um posto de gasolina, mas foram abordados por policiais logo após a prática delitiva. Apenas naquele momento, Thiago veio a tomar conhecimento da idade de Vinicius, e que ele já tinha sido apreendido uma vez pela suposta prática de ato infracional análogo ao crime de dano.

O Ministério Públíco ofereceu denúncia em face de Thiago como incursão nas penas do Art. 155, § 4º, inciso IV, do CP (furto qualificado pelo concurso de agentes) e do Art. 244-B do ECA (corrupção de menores).

Assinale a opção que indica a alegação que você, como advogado(a) de defesa de Thiago, deve apresentar para questionar a capitulação delitiva.

- a) A conduta não configura crime de corrupção de menores, em razão do erro de tipo permissivo, podendo Thiago apenas ser condenado pelo crime de furto simples.
- b) A conduta não configura crime de corrupção de menores, em razão do erro de tipo essencial, podendo Thiago apenas ser condenado pelo crime de furto qualificado.
- c) O furto supostamente praticado seria simples e não qualificado, diante da inimputabilidade de Vinicius, apesar de possível a condenação pelo crime de corrupção de menores.
- d) O furto supostamente praticado seria simples, diante da inimputabilidade de Vinicius, bem como não seria possível a condenação pelo crime de corrupção de menores, diante da natureza material do delito e da apreensão anterior de Vinicius.

→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP)

5. (FGV – 2025) Marisa administrava os proventos de pensão recebidos por sua mãe, Sônia, que faleceu em dezembro de 2022.

Com a intenção de continuar recebendo os proventos, Marisa deixou de comunicar à autarquia previdenciária o falecimento de Sônia e, assim, conseguiu efetuar os saques dos valores depositados nos meses de janeiro a março de 2023.

→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)

3. (FGV – 2025) João mora em Ipanema e, há dois anos, faz aula de futevôlei na praia do Leblon, três vezes por semana. João sempre realiza tal trajeto em sua bicicleta elétrica, da marca Bike legal, cor preta com banco de couro marrom.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)

1. (FGV – 2025) Leda se candidatou a uma vaga de emprego na sociedade empresária X. Ao se apresentar, a sócia-administradora Vera afirmou que “pessoas de cor de pele escura não são compatíveis com o perfil da vaga”, impedindo, assim, que Leda prosseguisse no processo seletivo. Indignada, Leda procura você, como advogado(a), a fim de defender seus interesses.

Atuando na seara criminal em defesa dos interesses de Leda, você pode

- a) propor acordo de não persecução penal à sociedade empresária X.
- b) ajuizar queixa-crime em face de Vera pelo delito de ação penal privada em tese ocorrido.
- c) promover, diretamente, a ação penal privada subsidiária da pública, de competência da Justiça Federal.
- d) comunicar o fato à autoridade policial e/ou ao Ministério Público, por se tratar de fato sujeito à ação penal pública incondicionada.

2. (FGV – 2025) Bernardo agrediu Carolina, sua ex-companheira, causando-lhe lesões corporais leves, em razão de a vítima ser mulher. O delito em questão é apenado com reclusão de dois a cinco anos.

Na qualidade de advogado(a) de Carolina, cabe notar que,

- a) apesar do término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são aplicáveis; ademais, não é cabível o Acordo de Não Persecução Penal, não havendo medida processual consensual em favor de Bernardo.
- b) devido ao término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não são aplicáveis, mas Bernardo não pode se beneficiar de sursis processual ante a quantidade de pena abstratamente cominada ao delito.
- c) apesar do término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são aplicáveis, de forma a se admitir a retratação da representação de Carolina, antes do recebimento da denúncia, em audiência especializada designada para tal fim.
- d) devido ao término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não são aplicáveis, de modo que Bernardo pode se beneficiar de sursis processual.

→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)

3. (FGV – 2025) André foi denunciado por ter subtraído a bolsa de Márcia, mediante rompimento de obstáculo. A subtração foi legitimamente comprovada no processo, porém, não obstante tenha o rompimento de obstáculo deixado vestígios, não foi realizada qualquer perícia, sem justificativa plausível. Finda a instrução, manifestou-se o Ministério Público pela condenação, conforme a denúncia, sem requerer qualquer diligência.

Dada a palavra ao(a) advogado(a) de André, em alegações finais defensivas, este(a) deve requerer

- a) a absolvição sumária de André, por não constituir o fato infração penal.
- b) o afastamento da qualificadora do furto, desclassificando a conduta para furto simples.
- c) a nulidade do processo desde o recebimento da denúncia, a fim de que seja realizada a prova pericial.
- d) a conversão do julgamento em diligência, a fim de que se realize prova pericial para comprovar a existência do rompimento de obstáculo.

→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP)

4. (FGV – 2025) Em uma audiência, o Ministério Público indicou como testemunha a psiquiatra do réu. Após a qualificação da testemunha, você, na condição de advogado(a) do réu, deve

- a) solicitar exceção de suspeição da testemunha, em razão de sua profissão.
- b) oferecer contradita, alegando ser a testemunha proibida de depor por ter conhecimento dos fatos em razão de sua profissão.
- c) oferecer exceção de litispendência, já que a testemunha tem conhecimento dos fatos em razão de sua profissão.
- d) aguardar para alegar a nulidade apenas em eventual recurso extraordinário, momento previsto na legislação como o único adequado para esse tipo de arguição.

→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA (ARTS. 282 A 350 DO CPP)

5. (FGV – 2025) Peterson teve sua prisão temporária decretada pelo prazo de trinta dias, ao ser investigado pela prática do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor,

DIREITO DO TRABALHO

→ FORMAS DE RUPTURA DO CONTRATO DE TRABALHO

1. (FGV – 2025) As irmãs Margarida, Hortência e Rosa aderiram ao plano de demissão voluntária (PDV) oferecido pelos seus respectivos empregadores.

No caso de Margarida, a previsão do PDV encontrava-se em acordo coletivo de trabalho; no caso de Hortência, estava previsto em convenção coletiva de trabalho; e, no caso de Rosa, em norma interna definida pelo empregador.

Feitas as extinções dos contratos em 2024, sem ressalvas, as irmãs pretendem ajuizar reclamação trabalhista postulando direitos supostamente lesados ao longo do pacto laboral.

Considerando a situação apresentada e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Margarida e Hortência deram quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, não podendo postular diferenças.
- b) As três irmãs poderão ajuizar ação trabalhista com chance de sucesso, porque não houve homologação do PDV no sindicato de classe das empregadas.
- c) A quitação geral somente ocorrerá no caso de Hortência, porque foi elaborada em convenção coletiva de trabalho.
- d) Nenhuma das irmãs poderá ajuizar ação, porque elas se submeteram às regras do PDV e não fizeram constar ressalva.

→ INTERVALOS (TRABALHO)

2. (FGV – 2025) Pedro é caixa em um banco comercial desde 2022, e sua jornada contratual é de 2^a a 6^a feira, das 10 às 16 horas, com intervalo de 15 minutos para refeição. Ocorre que, na prática, diante do grande volume de trabalho, Pedro trabalha de 2^a a 6^a feira, das 10 às 18 horas, com intervalo de 15 minutos.

Sobre o intervalo, considerando os fatos e a previsão da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) A jornada cumprida por Pedro não credencia qualquer intervalo.
- b) Pedro terá direito a um intervalo de 15 minutos diários, já aproveitado.
- c) Pedro receberá, a título indenizatório, 45 minutos diários com adicional de 50%.
- d) O empregado deverá receber 55 minutos de horas extras diárias acrescidas de 50%.

→ FÉRIAS (TRABALHO)

3. (FGV – 2025) Guilherme, engenheiro responsável por obras de infraestrutura, trabalha para uma sociedade empresária há cinco anos. Ao longo dos últimos 4 anos sempre desfrutou de 30 dias de férias corridos.

Em janeiro de 2024, ao verificar a incidência de numerosos feriados ao longo do ano, ele pretendeu fracionar suas férias. Assim sendo, procurou você, como advogado(a), para orientá-lo sobre a possibilidade de fracionar os 30 dias de férias a que tem direito. Acerca do interesse do seu cliente, assinale a opção que indica, corretamente, a orientação a ser dada.

- a) Ele não pode fracionar as férias porque não usufruiu desse direito nos últimos quatro anos, mas tem o direito de converter 1/3 em pecúnia.
- b) Ele pode fracionar as férias em 3 períodos de 10 dias consecutivos cada, para fazer coincidir com os numerosos feriados observados ao longo do ano.
- c) Ele pode fracionar as férias em períodos inferiores a cinco dias, contados em dias úteis, de modo a coincidir, ou no início ou no término, com os feriados.
- d) Ele pode fracionar as férias em até 3 períodos, desde que um deles não seja inferior a 14 dias corridos e, os demais, não sejam inferiores a cinco dias corridos, cada um.

→ PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER

4. (FGV – 2025) Eduarda estava radiante porque ficou grávida de seu primeiro filho, um sonho que acalentou durante muitos anos. Ocorre que, em virtude de problemas de saúde, Eduarda sofreu um aborto espontâneo na 6^a semana da gravidez.

Sobre a situação de Eduarda, nos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Ela poderá se afastar do trabalho por um período de 30 dias.
- b) Ela terá direito a um repouso remunerado de duas semanas.
- c) Ela terá direito ao mesmo período da licença-paternidade, ou seja, 5 dias.
- d) Ela não terá direito a qualquer período de repouso, por faltar previsão legal.

5. (FGV – 2025) Você foi consultado, na qualidade de advogado(a), por quatro mulheres trabalhadoras (Ligia, Paula, Geórgia e Sílvia), acerca de situações específicas que ocorreram no mercado de trabalho.

Ligia indagou sobre um anúncio de emprego para chefe de cozinha que continha expressa referência à preferência por homens. Paula teria sido preterida em promoção, porque estava grávida de 6 meses e entraria em licença-maternidade em pouco tempo. De Geórgia, na entrevista de emprego, foi exigido, como condicionante da contratação, o atestado de que não estava grávida. Sílvia perguntou acerca de um anúncio de empregos exclusivos para homens, no qual havia a descrição dos serviços como sendo de transporte, armazenagem e movimentação de cargas de 30 kg, sem o auxílio de meios mecânicos.

Acerca da sua resposta às quatro consultas, assinale a afirmativa correta.

- a) Todas as exigências são legítimas, porque estão contidas no poder empregatício.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

→ JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (114/CF; 674 A 680 E 803 A 812/CLT; 16 A 69/NCPC)

1. (FGV – 2025) Você é advogado(a) de uma sociedade empresária que figura como ré em quatro ações na Justiça do Trabalho.

Uma ação versa sobre a dispensa de um empregado que aderiu a uma greve. Outra, sobre indenização por dano moral, em razão de suposto assédio moral praticado por um superior hierárquico de um empregado. A terceira versa sobre horas extras. E a quarta, versa exclusivamente sobre cobrança de contribuições previdenciárias supostamente não efetuadas pelo empregador ao longo de um contrato de trabalho de um outro empregado.

Sobre a competência da Justiça do Trabalho nas quatro ações apresentadas, assinale a afirmativa correta.

- a) A Justiça do Trabalho é competente para todos os pedidos formulados nas ações.
- b) A competência para o pedido de indenização por danos morais é da Justiça Comum.
- c) A Justiça do Trabalho não tem competência para os dissídios oriundos de direito de greve.
- d) A Justiça do Trabalho é incompetente para julgar o pedido de cobrança de contribuições previdenciárias supostamente não efetuadas pelo empregador.

2. (FGV – 2025) Helena foi empregada de uma sociedade empresária de fevereiro de 2022 a janeiro de 2024, quando foi dispensada sob a alegação de justa causa.

Ciente de que não fez absolutamente nada de errado, e considerando que sua única testemunha é uma outra ex-funcionária que se encontra enferma e terá pouco tempo de vida, Helena ajuizou, em março de 2024, uma ação para produção antecipada de provas, distribuída por sorteio para a 950^a Vara do Trabalho de São Paulo.

Na referida ação foi colhido o depoimento da testemunha, que pouco depois veio a falecer. Arquivada a produção antecipada de provas, Helena pretende ajuizar reclamação trabalhista para anular a justa causa aplicada, valendo-se inclusive do testemunho da finada.

Sobre o fato narrado, considerando o disposto na norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- a) A ação deverá ser distribuída ao Juízo da 950^a Vara do Trabalho de São Paulo, que é prevento para apreciar a lide.
- b) A reclamação trabalhista será livremente distribuída a uma das Varas do Trabalho de São Paulo.
- c) Qualquer Juízo do Trabalho poderá apreciar a demanda na localidade de São Paulo, exceto a 950^a Vara, que já realizou parte da instrução e formou juízo de valor.
- d) Far-se-á a distribuição por dependência à 950^a Vara do Trabalho de São Paulo, cabendo ao(a) advogado(a) do réu suscitar exceção de suspeição, caso o mesmo Magistrado que instruiu a produção antecipada da prova queira julgar a causa.

→ AUDIÊNCIA TRABALHISTA (ARTS. 813 A 817, 843 A 852 DA CLT; ARTS. 358 A 368 DO NCPC)

3. (FGV – 2025) José Luiz ajuizou reclamação trabalhista em face de Lojas Internacionais Ltda., pleiteando verbas resilitórias e horas extras.

No dia da audiência, apesar de regularmente notificado, José Luiz injustificadamente não compareceu. Seu advogado, presente, requereu a dispensa de custas pela gratuitade de justiça, o que foi deferido pelo Juiz, com a concordância do réu e do respectivo advogado, também presentes na audiência.

Ação idêntica foi ajuizada um mês após o fato, e, de novo, José Luiz injustificadamente não compareceu, sendo que, dessa vez, uma hora após a audiência, ele compareceu à sala de audiência e disse ao Juiz e ao secretário da audiência que dormira demais, perdendo a hora, e, por isso, atrasou-se e não chegou no horário. Foi juntada certidão do fato ao processo, no qual, novamente, foi acolhido o seu requerimento de gratuitade de justiça.

As duas ações anteriormente ajuizadas foram extintas sem resolução do mérito. Agora, você foi procurado por José Luiz para, como advogado(a), ajuizar outra ação idêntica.

Sobre as consequências das ausências de José Luiz para o ajuizamento de outra demanda, assinale a afirmativa correta.

- a) Ocorrerá a confissão do autor.
- b) Não há penalidade, já que José Luiz, em ambas as situações, foi dispensado do pagamento das custas.
- c) José Luiz incorrerá na pena da perempção, perdendo, pelo prazo de seis meses, o direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- d) José Luiz poderá reclamar imediatamente, mas, independentemente, da prescrição parcial quinquenal, será descontado do prazo da sua reclamação o período de seis meses.

→ DAS PROVAS (ARTS. 818 A 830 DA CLT; ARTS. 369 A 484 DO NCPC)

4. (FGV – 2025) Você, na qualidade de advogado(a) de Pedro, ajuizou reclamação trabalhista em face da indústria de calçados Guanabara. Pedro trabalhou para a sociedade empresária ré, entre os anos de 2018 e 2022, e afirma que não recebeu o 13º salário de 2021 e que trabalhava cerca de 10 horas por dia. Você ajuizou reclamação trabalhista, pretendendo o pagamento do 13º salário de 2021 e as horas extras. A ex-empregadora apresentou defesa, aduzindo que pagou o 13º salário, que, conforme cartões de ponto juntados, Pedro não realizava horas extras e sua jornada estava prevista em norma coletiva da categoria. Na qualidade de advogado(a) de Pedro, você impugnou os cartões de ponto argumentando que não refletiam o real horário laborado, sendo certo que os documentos mostram horários variados de início e fim da jornada. Acerca do ônus da prova que incumbrá ao seu cliente, de acordo com a CLT, e o entendimento jurisprudencial consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

→ EMPREGADO DOMÉSTICO (RGPS)

1. (FGV – 2025) Maria, empregada doméstica desde julho de 1990, no deslocamento para seu local de trabalho, sofreu um acidente em virtude de uma queda na saída do ônibus. Maria não sabe se deve procurar o sistema previdenciário desde já e se tem direito a algum benefício. Por isso, procurou você, como advogado(a). Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) O direito ao benefício não é reconhecido, pois os empregados domésticos não são cobertos pela Previdência Social brasileira.
- b) Sobre o afastamento do trabalho, sendo superior a 15 dias consecutivos, haverá direito ao benefício previdenciário por incapacidade temporária.
- c) O benefício previdenciário deve ser requerido de imediato pelo sítio eletrônico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou por central telefônica.
- d) Sobre o afastamento do trabalho, se a incapacidade for inferior a 30 dias de afastamento, não haverá qualquer direito subjetivo a benefício previdenciário.

→ CONTRIBUINTE INDIVIDUAL (RGPS)

2. (FGV – 2025) Humberto Alves, profissional liberal, desempenha a atividade de eletricista autônomo, prestando serviço a diversos clientes, todos pessoas físicas, mediante remuneração e sem relação de emprego.

Sobre o enquadramento de Humberto Alves como trabalhador autônomo no RGPS, assinale a afirmativa correta.

- a) Ele é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social.
- b) Ele não poderá obter aposentadoria por idade ou por incapacidade permanente.
- c) Ele, por não possuir relação de emprego, é dispensado de quaisquer recolhimentos previdenciários.
- d) Ele se qualifica como segurado trabalhador avulso do Regime Geral de Previdência Social.

→ DO AUXÍLIO-RECLUSÃO

3. (FGV – 2025) Lucas, segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), cometeu um crime e foi recolhido à prisão em regime fechado, em 1º/1/2023, tendo contribuído previamente por 24 meses. Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) O auxílio-reclusão é destinado ao segurado que foi preso, para que ele não fique desamparado.
- b) Os dependentes de Lucas fazem jus ao auxílio-reclusão, mesmo que o segurado preso não seja de baixa renda.

- c) A cônjuge de Lucas não poderá acumular o auxílio por incapacidade temporária que hoje recebe com o auxílio-reclusão decorrente da prisão do marido, devendo optar pelo mais favorável.
- d) O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.

→ DA HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E DO SERVIÇO SOCIAL

4. (FGV – 2025) Manoel, mecânico de manutenção, após acidente durante sua atividade remunerada, recebeu benefício por incapacidade temporária durante dois anos. Antes da alta previdenciária, foi encaminhado para a reabilitação profissional, na qual se identificou a necessidade de utilização de prótese e fisioterapia, sem necessidade de transfusão de sangue ou cirurgia, em local conveniado com o INSS.

Nesse contexto hipotético, assinale a afirmativa correta.

- a) No seu processo de reabilitação profissional está incluído o transporte, quando necessário.
- b) Manoel poderia se recusar a fazer a reabilitação profissional, pois a lei não a indica como etapa obrigatória a ser observada pelos segurados.
- c) A reabilitação profissional permitirá seu retorno à atividade remunerada, na qual contará com estabilidade provisória de 5 anos.
- d) A reabilitação profissional não compreende o fornecimento de aparelhos de prótese, de órtese e de instrumentos de auxílio para locomoção.

→ TÓPICOS MESCLADOS SOBRE SEGURADOS (RGPS)

5. (FGV – 2023) Manoel, empresário do segmento de alimentação, desempenha suas atividades como sócio administrador de sua sociedade empresária, a qual desenvolve suas atividades em mais de uma cidade, recebendo seu pro-labore regularmente. Além da condição de empresário, Manoel também é engajado em diversas ações voluntárias em prol de pessoas carentes.

Diante dessa realidade, sobre os direitos previdenciários de Manoel assinale a afirmativa correta.

- a) Devido à atividade beneficiante de Manoel, ele poderá verter contribuições ao Regime Geral de Previdência Social na condição de facultativo, além de seus aportes como empresário.
- b) Na condição de empresário administrador de sua sociedade empresária, Manoel é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, como contribuinte individual.

DIREITO FINANCEIRO

→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

1. (FGV – 2025) Em um determinado exercício financeiro, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado pelo Governador do Estado Alfa à Assembleia Legislativa dispunha sobre matérias relacionadas ao direito financeiro, entre as quais:

- I. autorização para abertura de créditos adicionais suplementares;
- II. autorização para abertura de créditos adicionais especiais;
- III. autorização para contratação de operações de crédito;
- IV. autorização para contratação de operações de crédito por antecipação de receita.

Diante desse cenário, à luz do texto da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- a) A autorização para abertura de créditos adicionais suplementares não poderia constar neste PLOA.
- b) A autorização para abertura de créditos adicionais especiais foi indevidamente inserida neste PLOA.
- c) A autorização para contratação de operações de crédito não poderia ser prevista neste PLOA.
- d) A Constituição Federal expressamente proíbe que se insira no PLOA autorização para contratação de operações de crédito por antecipação de receita.

→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI N° 4.320/1964)

2. (FGV – 2025) O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de determinado ente federativo, encaminhado ao Poder Legislativo pelo Poder Executivo, prevê apenas o orçamento fiscal do referido ente.

Na mensagem de encaminhamento do projeto de LOA, está esclarecido que o orçamento de investimentos das empresas em que o ente, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, bem como o orçamento da seguridade social do ente, será encaminhado individualmente por meio de outros projetos.

Diante desse cenário, sobre esse procedimento assinale a afirmativa correta.

- a) Viola a regra constitucional de que o orçamento da seguridade social deve integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Não atende à regra constitucional de que a LOA compreenderá também o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social.
- c) Está correto, pois apenas o orçamento fiscal compõe a LOA, devendo o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social serem previstos em leis próprias para cada um desses tipos de orçamentos.
- d) É inadequado em relação ao orçamento de investimentos, que deveria compor a LOA, mas é admitido em relação ao orçamento da seguridade social, que pode ser previsto em outra lei, desde que seu valor global esteja previsto na LOA.

→ DA RECEITA PÚBLICA (ARTS. 11 A 14 DA LRF)

3. (FGV – 2025) O Município Alfa revogou a lei que instituía a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos imóveis situados em seu território, há mais de 5 anos, deixando, desde então, de realizar sua cobrança e arrecadação.

Notificado pelo respectivo Tribunal de Contas para retornar a cobrar o imposto por descumprir um dos requisitos essenciais de uma gestão fiscal responsável, o prefeito pergunta a você, como advogado(a), qual será a consequência para a municipalidade, caso mantenha a política da não instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os impostos de sua competência constitucionalmente atribuída.

Nesse cenário, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), você respondeu que o Município Alfa ficará impedido de

- a) realizar operações de crédito.
- b) realizar qualquer concurso público.
- c) receber transferências voluntárias.
- d) contratar com qualquer outro ente da Federação.

→ DESPESAS COM PESSOAL E SEGURIDADE SOCIAL (ARTS. 18 A 24 DA LRF)

4. (FGV – 2025) O Estado Beta, no último ano, ultrassom o limite de despesa total de pessoal, que, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é de, no máximo, 60% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Por falta de gestão responsável, apesar de os demais Poderes e órgãos autônomos terem se enquadrado dentro dos respectivos percentuais fixados como limites individuais, o Poder Executivo Estadual ainda não conseguiu alcançar a redução determinada pela própria LRF, dentro do prazo por ela estipulado, para atender ao percentual máximo de 49% da RCL, fixado como limite individual de despesas com pessoal para o Poder Executivo Estadual.

Diante desse cenário, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo estadual não poderá

- a) realizar qualquer operação de crédito, apenas.
- b) receber transferências voluntárias (exceto nas áreas de educação, saúde e assistência social), mas poderá obter garantia de outro ente, bem como poderá contratar operações de crédito.
- c) obter garantia de outro ente, nem contratar operações de crédito, ressalvadas as que visem à redução das despesas com pessoal, mas poderá receber transferências voluntárias em quaisquer áreas.
- d) receber transferências voluntárias (exceto nas áreas de educação, saúde e assistência social), nem obter garantia de outro ente, nem contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

DIREITO ELEITORAL

→ PROPAGANDA ELEITORAL E DIREITO DE RESPOSTA (ARTS. 36 A 58-A DA 9.504)

1. (FGV – 2025) Pedro, que teve deferido o registro de candidatura para concorrer ao cargo eletivo de Prefeito Municipal de uma importante capital brasileira, deseja aumentar a capilaridade de seu projeto de governo junto à população, de modo que um número maior de eleitores tenha conhecimento de suas propostas.

Com esse objetivo, consultou você, como advogado(a), a respeito da possibilidade de veicular propaganda eleitoral paga, na imprensa escrita, durante o período de propaganda eleitoral. Quanto à orientação a ser dada, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua resposta.

- a) A realização da propaganda eleitoral na forma pretendida é vedada, em qualquer hipótese.
- b) A propaganda eleitoral que ele deseja realizar é a única de natureza não gratuita permitida pela legislação eleitoral, podendo ser realizada até o dia da eleição.
- c) A veiculação de anúncios de propaganda eleitoral na imprensa escrita é permitida, observados limites quantitativos e de espago, até a antevéspera das eleições.
- d) Somente os partidos políticos podem contratar a realização da propaganda eleitoral pretendida por Pedro, sendo os limites quantitativos distribuídos internamente entre os candidatos do respectivo partido.

Por essa razão, solicitou a você, como advogado(a), que a representasse à Justiça Eleitoral para a abertura de investigação judicial eleitoral. Assinale a opção que indica, corretamente, a quem deve ser encaminhada a petição.

- a) A um dos Juízes Eleitorais em atuação no Estado Alfa.
- b) Ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que deve apreciar os fatos.
- c) À livre distribuição do Tribunal Regional Eleitoral, que deve apreciar os fatos.
- d) Ao Corregedor Regional do Tribunal Regional Eleitoral, que deve apreciar os fatos.

→ REPRESENTAÇÃO POR CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO

4. (FGV – 2025) No curso da campanha eleitoral, João, candidato ao cargo de Prefeito Municipal, doou três sacos de cimento a Pedro, sob o compromisso de que este nele votaria.

Ao tomar conhecimento dos fatos, Ana, candidata ao mesmo cargo, procurou você, como advogado(a), e solicitou que fosse ajuizada a ação cabível, de modo que o registro ou o diploma de João fosse cassado.

Assinale a opção que indica, corretamente, a ação cabível no caso.

- a) Ação de impugnação do registro, que pode ser ajuizada até a data da eleição.
- b) Recurso contra a expedição de diploma, que pode ser ajuizada até três dias após a diplomação.
- c) Ação penal por ato de corrupção eleitoral, que pode ser ajuizada até fluir o prazo prescricional.
- d) Representação por captação ilícita de sufrágio, que pode ser ajuizada até a data da diplomação.

→ DAS COLIGAÇÕES (ART. 6º DA 9.504; ART. 105 DO CE)

5. (FGV – 2023) No ano anterior à realização de eleições para cargos eletivos federais e estaduais, os dirigentes dos partidos políticos Alfa e Gama iniciaram tratativas para se aliançarem, tanto nas eleições majoritárias como nas proporcionais, mas havia dúvida em relação ao modelo a ser utilizado.

Após consultarem a legislação de regência, concluíram corretamente que deveriam formar

- a) coligação, que se extinguirá ao fim do prazo para o ajuizamento da ação de impugnação de mandato eletivo.
- b) gestão colegiada, somente utilizada nas eleições proporcionais, que deve perdurar até o fim do prazo do mandato eletivo obtido.
- c) ajuntamento partidário, que se extinguirá após a diplomação dos eleitos.

→ INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL

3. (FGV – 2025) Maria estava concorrendo ao cargo de Governadora do Estado Alfa. No decorrer da campanha, obteve prova documental e testemunhal de que Joana, sua adversária direta na disputa, praticara abuso do poder econômico.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)